

“Abrigo da advocacia e da sociedade”



Assim foi considerada a nova sede da OAB/Sorriso inaugurada na abertura do Colégio de Presidentes de Subseções.

■ *Página-3*



ADI contra aumento de verbas dos deputados estaduais está no TJMT

■ *Página-2*

CAA/MT

CAA/MT realiza colônia de férias em Barra do Garças e Cuiabá

■ *Página-10*

oABMT propõe ADI contra aumento de verbas dos deputados

A diretoria da OABMT propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade no TJMT para invalidar o Decreto Legislativo nº 42, de 16 de abril de 2015, e a Resolução nº 4.175, de 9 de abril de 2015, que reajustaram a verba parlamentar da Assembleia Legislativa. O parecer elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais apontou a inconstitucionalidade do reajuste do valor de R\$ 35 mil para R\$ 65 mil para cada deputado estadual.

Na ADI, a OABMT entendeu que as referidas verbas violam os princípios constitucionais da moralidade e legalidade, na medida em que não exigem comprovação dos gastos. "A Constituição da Re-

pública, seguida, nesse aspecto, pela Constituição do Estado de Mato Grosso, contém princípios que defluem do chamado princípio republicano e que impedem a percepção de verbas em duplicidade". Para a Ordem as normas ferem o art. 145 da Constituição Estadual, que dispõe que a remuneração total dos Poderes Legislativo e Executivo será composta exclusivamente, do vencimento-base e de uma única verba de representação. O parágrafo 3º especifica que os vencimentos não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Na ADI assinada pelo presidente da OABMT, Maurício Aude, o procurador da Seccional, Mar-

condes Novack, e o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Felipe Reis, destacou-se que "ao permitir a transferência de saldo e utilização da verba no exercício financeiro seguinte muda a natureza jurídica daquela, tornando-a evidentemente remuneratória, o que é vedado pelas Constituições Federal e Estadual". Argumentaram ainda que a verba foi majorada por meio de decreto legislativo e resolução da Mesa Diretora ferindo o princípio da legalidade; ressaltando que a Constituição Estadual em seu artigo 40 veda aumento de despesa em projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa.



DIRETORIA OAB/MT

Presidente

Maurício Aude

Vice-presidente

Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral

Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto

Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro

Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábil Ribeiro
Duílio Piatto Junior
Francisco Eduardo Torres Esgaib
José Antonio Tadeu Guilhen
Márcio Frederico de Oliveira Dorileo
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto
Adalberto Lopes de Sousa
Alex Tocantins Matos
Alexandro Panosso
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Ana Lúcia Ricarte
Ana Lúcia Steffanello
Arnaldo Rauen Delpizzo
Breno Augusto Pinto de Miranda
Carlos Eduardo de Melo Rosa
Celito Liliano Bernardi
Dainez Nogueira Moreira
Daniela Marques Echeverria
Darley da Silva Camargo
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Eder Roberto Pires de Freitas
Edilson Lima Fagundes
Eduardo Augusto Bordoní Manzeppi
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Fabiana Curi
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabio de Sá Pereira
Glauco Rogério dos Reis Capistrano
Heitor Correa da Rocha
Humberto Affonso Del Nery
Itallo Gustavo de Almeida Leite
Ivo Matias
Jonas Coelho da Silva
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Luciana Castreghini
Luciano de Sales
Luiz Carlos Moreira de Negreiro
Luiz Carlos Rezende
Marcelo Geraldo Coutinho Horn
Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite
Mauro Paulo Galera Mari
Murillo Barros da Silva Freire
Oswaldo Antonio de Lima
Paulo Sérgio Cirilo

Paulo Sérgio Gonçalves Pereira
Pedro Martins Verão
Raphael de Freitas Arantes
Ricardo Gomes de Almeida
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo
Roger Fernandes
Rogério Luis Gallo
Ronimárcio Neves
Samir Badra Dib
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Silas do Nascimento Filho
Soraide Castro
Stalyn Paniago Pereira
Tadeu Mucio Galvão Marques Valim
Tânia Regina Ignoti Faiad
Valber da Silva Melo
Valdir Miquelin
Waldemar Pinheiro dos Santos
Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente

Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral

Helmut Flavio Preza Daltró

Secretária-Adjunta

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo
Anderson Vatutin Loureiro Júnior
José Antônio Gasparelo Júnior
José Luiz de Aguiar Bojikian
Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias
Hugo Florêncio de Castilho
José Eduardo Polisel Gonçalves
Enéas Correa de Figueiredo Júnior
Heleno de Figueiredo da Costa Marques
Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Diretor Presidente

Bruno Oliveira Castro

Diretor Adjunto

Dejango Riber Oliveira Campos

Secretária-geral

Fabiana Curi

Secretário-geral Adjunto

Welder Queiroz dos Santos

Coordenador Pedagógico

Marcelo Antonio Theodoro

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix

Ana Lucia Ricarte
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruno Ferreira Alegria
Bruno Devasa Cintra
Daniela Marques Echeverria
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Geandre Bucair Santos
Marcos Martinho Avallone Pires
Rogério Luiz Gallo

Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUIDORIA

Ouidor-Geral

Geandre Bucair Santos

Ouidora-adjunta

Giselle Jovelina Dias de Carvalho

Contatos: (65) 3613-0965

TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

Presidente

Luiz da Penha Corrêa

Vice-Presidente

Ademar Santana Franco

Secretária-Geral

Jozaira Rita Seixas Guedes

Secretária Adjunta

Fabiane Battistetti Berlanga

MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito - Cuiabá
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum
Bruno Rodrigues da Silva - Cuiabá
Carla Caroline de Paula Rocha - Cuiabá
Eduardo Horschutz Guimarães - Cuiabá
Edwin de Almeida Costa - Cuiabá
Everaldo Batista Filgueira Junior - Cáceres
João Ricardo Moreira - Cuiabá
Luciano Rodrigues Dantas - Cuiabá
Luiz Gonçalves de Seixas Filho - Mirassol D'oeste
Marco Antonio Magalhães dos Santos - Cuiabá
Marcus Augusto Giraldo Macedo - Peixoto De Azevedo
Milton Martins Mello - Cuiabá
Nelci Andrea dos Santos Andreotti - Peixoto De Azevedo
Paulo Sérgio Missasse - Cuiabá
Rosane Costa Itacaramby - Cuiabá
Ruy Barbosa Marinho Ferreira - Peixoto De Azevedo
Valéria Aparecida Solda de Lima - Mirassol D'oeste
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo - Cuiabá
Wilson Pedro Nery - Cuiabá

Contato: (65) 3613-0965

Plantão de Prerrogativas (24 horas):
(65) 9239-1000

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

Presidente

João Batista Beneti

Vice-Presidente

Antonio Luiz Ferreira da Silva

Secretário-Geral

Silvano Macedo Galvão

RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha
Rober Cesar da Silva
Clarissa Bottega
Samantha Rondon Gahyva Martins
Rogerio de Barros Curado
Roberto Antunes de Barros
Marco Antonio Dotto
Adolfo Arini
Jucimeire Marques de Oliveira
Jose Gaspar Maciel de Lima
Pedro Marcelo de Simone
Seila Maria Alvares da Silva
Alexandre Maciel de Lima
Ivo Sergio Ferreira Mendes
João Paulo Moreschi
João Manoel Junior
José Ravello
Henrique Alves Ferreira Neto
Orlando Campos Baleroni
Gisela Alves Cardoso
Nelson Feitosa
Valdir Francisco de Oliveira
Samuel Richard Decker Neto
Paulo Eurico Marques Luz
Nubia Narciso Ferreira de Souza
Jackson Mario de Souza
Marcelo Bertoldo Barchet
Mauro Antonio Stuaní
Gelson Nunes de Souza
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Celso Correa de Oliveira
Nelson Frederico Kunze Pinto
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Rosely Amaral de Souza
Hamilton Ferreira da Silva Junior
Cristiano Alcides Basso
Marcel Alexandre Lopes
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre
Rodrigo Quintana Fernandes
Jonel Benedito Ferreira de Arruda
Adelina Neres de Sousa Campos
Douglas Ricardo Guilhen Melo
Raul Astutti Delgado
Décio Cristiano Piatto
Andreia Alves
Carlos Roberto Previdelli
Ulisses Duarte Junior
Joice Wolf Scholl
Luiz Sergio Rossi
Mauro da Silva Andrieski
Murillo Espinola de Oliveira Lima
Amaro Cesar Castilho
Paulo Fabrinny Medeiros
Luciana Amália Alves
Bruno Ferreira Alegria

Contato: (65) 3613-0935

EXPEDIENTE

Jornalistas:

Lídice Lannes - DRTMT 810
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Fotografias: Fotos da Terra e Assessoria de Imprensa OAB/MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRTMT 351

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias sociais:

www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt



CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

DIRETORIA



nova sede da OAB/Sorriso é abrigo para causas da advocacia e da sociedade

“T o m e m o s essa casa como abrigo nosso, donde hão de nascer e frutificar ações que garantam as nossas prerrogativas, o respeito aos sagrados honorários advocatícios, a melhorias dos serviços judiciários, a qualidade de vida dos advogados e advogadas, a capacitação profissional e, por fim, garantam nossa condição de indispensáveis à defesa da cidadania e à administração da justiça”, afirmou o presidente da OABMT, Maurício Aude, na inauguração da nova sede da 17ª Subseção de Sorriso em junho.

Estavam presentes o secretário-geral adjunto da OAB nacional, Cláudio Stábile; o presidente da OAB de Sorriso, Evandro Santos da Silva; o presidente da CAAMT, Leonardo Campos; o conselheiro federal e representante do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida), Francisco Esgaib; conselheiro estadual por Sorriso Silas do Nascimento Filho o juiz diretor do Foro, An-

derson Candiotto; o prefeito, Dilceu Rossato, e o vereador Bruno Estelatto; além de um auditório repleto de conselheiros federais e estaduais, advogados e advogadas, membros do Poder Judiciário, do Executivo e Legislativo municipais e autoridades.

Maurício Aude ressaltou que diversas ações em prol de melhorias da prestação jurisdicional, de honorários dignos, de capacitação profissional sairão da nova Casa da Advocacia e da Sociedade sorridente. Apontou como lutas da OABMT a cobrança por transparência nas obras da Copa do Mundo; “a propositura de ação popular para evitar que uma vaga no TCE/MT fosse preenchida por pretendente que não preenchia os requisitos e em total desprezo aos princípios constitucionais que regem a administração pública. E ainda esta semana o ingresso da Ação Direta de Inconstitucionalidade no TJMT em face do aumento da verba indenizatória aos parlamentares, objetivando o reconhe-

cimento de que a ALMT desprezou os princípios da proporcionalidade, da moralidade e da publicidade”.

Sonho - O presidente da OAB/Sorriso destacou todos os ex-presidentes da Subseção e conselheiros que lutaram para a realização do sonho da construção da nova sede local. “Era um sonho de cerca de 400 advogados, não apenas de Sorriso, mas também de Ipiranga do Norte e Nova Ubiratã. Foi um sonho alimentado e regido pelos presidentes anteriores. Fico feliz em saber que apesar da crise que o país vive ainda há pessoas que cumprem seus compromissos”, sublinhou lembrando que em 2012 recebeu do Conselho Federal e da Seccional a garantia da concretização da obra.

Evandro Silva agradeceu pontualmente cada um dos ex-presidentes da Subseção, sua diretoria e aos representantes da OAB nacional, do Fida; assim como aos presidentes da OABMT e da CAAMT pelo apoio e recursos.

Também ao prefeito e representante da Câmara de Vereadores pelo terreno doado e cuja aprovação no Legislativo Municipal foi unânime.

O secretário-geral adjunto da OAB nacional lembrou que a OAB é uma só e quando a Ordem fica forte a cidadania se fortalece. “Uma sede como essa dignifica ainda mais a advocacia. E Mato Grosso tem sido destaque em nível nacional. Nos últimos seis anos, com a inauguração de Comodoro ainda este ano, serão seis novas sedes de Subseções, nenhuma Seccional no Brasil conseguiu isso. É inédito em nosso país”, consignou Cláudio Stábile, que também fez um breve relato das ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Conselho Federal da OAB em prol da advocacia.

O conselheiro federal Francisco Esgaib destacou que a nova sede é a confirmação da eficácia do sistema da OAB, fruto de um esforço conjunto, “que tem se voltado para a busca de melhores condições de trabalho. Mais uma sede para a advocacia significa, mais uma sede para a sociedade. Estamos aqui com a presença de representantes



vocacia. “A OAB possui notória respeitabilidade na defesa da ordem jurídica, da democracia, do direito e da justiça. São os advogados que fizeram e fazem a vanguarda dos reformadores, que esclarecem fatos ambíguos das causas, defendem a esperança, a vida dos que sofrem. Esta é uma obra carregada de simbolismo”, observou.

Leonardo Campos também lembrou as outras sedes já inauguradas desde 2010, quais sejam Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Alta Floresta e Tangará da Serra. “A união de todos transformou em algo concreto o que outrora era sonho. A instalação de Sorriso se deu em 1983 na gestão da então presidente da OABMT Maria Helena Póvoas e desde lá todos os ex-presidentes,

conselheiros trabalharam para a realização. A OAB Sorriso será a casa onde a liberdade e a democracia irão imperar”, finalizou.

Ao final da solenidade, foram entregues homenagens e descerradas as placas de inauguração da sede e da galeria de ex-presidentes.

Imprescindibilidade da advocacia nas mediações é debatida em Colégio

A preocupação com a implantação da mediação como forma de resolução em fase extrajudicial foi alvo de intenso debate no V Colégio de Presidentes de Subseções em Sorriso. O presidente da OABMT, Maurício Aude, relatou que tem se posicionado firmemente a respeito da imprescindibilidade da presença dos advogados e advogadas nas sessões junto ao Tribunal de Justiça. E para esclarecer algumas questões e ouvir as demandas do interior, convidou o presidente da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Seccional, João Paulo Moreschi, que tem acompanhado a criação dos Núcleos de Conciliação pelo Poder Judiciário estadual desde o início.

Problemas - Diversos presidentes de subseções relataram situações em que se busca excluir a advocacia. Em Barra do Garças, Leonardo da Mata contou que soube por outro que haveria uma reunião no fórum para tratar de treinamento de conciliadores e colaboradores e não foi comunicado pela diretoria do foro. Em Lucas do Rio Verde, Abel Sguarezzi relatou

que há pessoas realizando arbitragem a título de justiça privada de forma legalizada. Em Comodoro, o vice-presidente Élbio Gonzales contou que a gestora do fórum falou que ouviria só as partes e que os advogados não teriam voz na sessão de conciliação.

Já em Vila Rica, Rhandell Bedin comentou que os mediadores estão impedindo os advogados de participarem e incentivando as pessoas a conciliar sem o profissional. “Há a preocupação com nossos honorários, mas também com o prejuízo que esse tipo de prática traz para o cidadão que não sabe que pode recusar a oferta e o que deve fazer. Eles pressionam as pessoas a conciliarem”. O presidente da OAB/Juína, Oswaldo Lopes de Souza, relatou que esteve reunido com a diretora do foro e defendeu a presença da advocacia. “Temos que buscar o nosso direito de estar presentes. Questionei se ela soubesse que a parte foi ludibriada e a juíza respondeu que não homologaria o acordo. E perguntei então: e se a senhora não souber que a parte foi ludibriada?”

Em Sorriso, o presi-

dente Evandro Santos da Silva informou que há uma abertura maior por parte do juiz diretor do foro, Anderson Candiotto, que tem buscado um diálogo com a subseção e tem alertado que a mediação é o “futuro da advocacia” e que é preciso a estruturação dos escritórios. Porém, propôs que a OAB assinasse um termo de cooperação e o presidente Maurício Aude pontuou que não seria possível até que o tema fosse amplamente debatido com a categoria.

Legalidade da mediação - João Paulo Moreschi explicou que, assim como o Processo Judicial Eletrônico, a conciliação é um caminho sem volta. Observou que a lei da mediação já foi votada, tratando da necessidade do advogado e aguarda sanção. Porém, houve alteração na lei de arbitragem recentemente que dá competência a qualquer pessoa maior de 18 anos e capaz para atuar na prática; além da determinação do Conselho Nacional de Justiça para a instalação dos Núcleos de Conciliação em toda a Justiça.

Autoridades elogiam nova sede

A nova sede da 17ª Subseção da OAB de Sorriso possui cerca de 630 metros quadrados de área, contando com amplo auditório para reunir e atender a advocacia e a sociedade da região, salão de festas e outras salas totalmente equipadas. O resultado agradou autoridades locais que traçaram elogios na inauguração. O juiz diretor do foro, Anderson Candiotto, afirmou que a nova sede é uma “casa imponente que muito bem representa a essencialidade da OAB no mundo jurídico, que representa o Estado Democrático de Direito. É uma casa suntuosa que muito bem representa essa comunidade”.

Já o prefeito, Dilceu Rossato, lembrou que a cidade possui apenas 29 anos de emancipação e demonstrou orgulho em

saber que esta é uma das melhores sedes de Subseção da OAB do Estado e do país. O vereador Bruno Estelatto, representando o presidente da Câmara de Vereadores, falou da história de mais de 80 anos da Ordem para o desenvolvimento da cidadania e da aprovação unânime para a doação do terreno na Casa Legislativa.

Trabalho e história - A OAB de Sorriso iniciou em agosto de 2014 a construção de sua nova sede, depois da liberação de recursos em reunião entre representantes da OAB/MT, da Subseção, CAAMT e Fundo de Integra-

ção e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida) do Conselho Federal da OAB em novembro de 2013. A conselheira estadual Ana Lúcia Steffanello acompanhou a construção da primeira sede de Sorriso que foi vendida para levantar recursos já que não comportava mais o número de profissionais. O conselheiro e ex-presidente da Subseção, Paulo Sérgio Gonçalves Pereira, e o também ex-presidente da OAB/Sorriso e conselheiro estadual Silas do Nascimento Filho ficaram orgulhosos de ver concretizado o sonho para o qual lutaram e trabalharam.



TED e Corregedoria da OABMT participam de encontro nacional

O presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OABMT, João Batista Beneti, e o corregedor-geral da Seccional, Luiz Carlos Rezende, participaram do “IX Encontro de Presidentes dos TED’s” e do “V Encontro de Corregedores da OAB”, em Brasília. Os eventos ocorreram conjuntamente e foram conduzidos pelo secretário-geral adjunto e corregedor nacional da OAB, Cláudio Stábile Ribeiro.

A pauta debatida foi bastante extensa e, entre os temas polêmicos, João Beneti defendeu a exigência de novo Exame de Ordem e apresentação de documentos aos advogados e advogadas que forem excluídos dos quadros da OAB em processo ético-disciplinar. “A maioria dos presidentes de TEDs apoiou a ideia que será levada ao Conselho Federal para análise do Pleno, assim como todas as outras reivindicações”, observou. Entre os temas também estavam a observância em todos os processos do prazo máximo de 30 dias para que os relatores profiram



despacho/decisão ou elaborem os votos e a apuração de responsabilidade pela paralisação dos autos, entre outros.

João Batista Beneti relatou que foram debatidas propostas para o aperfeiçoamento da tramitação dos processos ético-disciplinares, a importância da adoção de um Cadastro Nacional de Sanções Disciplinares pelas Seccionais, as dificuldades e diversidades de situações nos estados, entre outros. As metas para o julgamento dos processos também foram expostas pelo Conselho

Federal e Seccionais.

Corregedoria - Luiz Carlos Rezende ressaltou que “a liderança exercida pelo nosso ex-presidente, Cláudio Stábile, é incontestável e muito elogiada por todos. De todos os temas, o que sempre causa maior discussão é com relação ao cumprimento das metas estabelecidas, visando a não ocorrência de prescrição nos processos disciplinares. Mato Grosso, como sempre, tem cumprido, com folga, as metas estabelecidas. Tanto é que a meta era para os

Processos até 2010 e nós já cumprimos todos os de 2011, ou seja, estamos bastante adiantados”. A nova meta será o julgamento dos processos de 2011 nos Tribunais de Ética até 31 de julho de 2016.

“Estamos no caminho certo. A dinâmica empreendida pelo Beneti é bastante positiva e serve de exemplo para outros TED’s. Os pequenos problemas que temos que enfrentar são pontuais e temos conseguido resolver todos com diálogo, até agora”.

Cláudio Stábile reconheceu o bom trabalho realizado nos Estados e apontou a necessidade

de um empenho contínuo. “Ao longo desses quase três anos lançamos sementes muito produtivas. Aprendemos a enfrentar as questões sob a ótica de gestores de um sistema de ética. Houve uma grande surpresa quando perguntamos aos advogados o principal assunto da categoria e vimos que a ética estava empacada com um tema de extrema relevância, que é prerrogativas. Isso mostra que a classe não pensa apenas em seus direitos, mas em seus deveres. Se queremos o respeito que as prerrogativas trazem, temos que cumprir à risca os deveres que a ética carrega”, afirmou.

Cadastro - Stábile pediu aos presidentes e corregedores que mantenham atualizado o Cadastro Nacional de Sanções Disciplinares em seu respectivo âmbito, como tarefa periódica. “Se não tivermos essa ferramenta em pleno funcionamento, um advogado proibido de atuar sai de um estado, atravessa a fronteira e vai advogar em outra Unidade da Federação”. (Com informações do Conselho Federal da OAB)

Presidente da ESAMT apresenta balanço e anuncia parceria



O presidente da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT), Bruno Castro, apresentou um breve balanço dos cursos, palestras e eventos realizados e apoiados pela Escola nos últimos anos durante o Colégio de Presidentes de Subseções em Sorriso. Aproveitou também para anunciar a parceria firmada com a ESA/RJ para gravar um curso completo sobre o novo Código de Processo Civil que será disponibilizado aos advogados e advogadas de todo o Estado. “Serão de 35 a 40 horas de curso e já monta-

mos a grade de professores. Quem está ajudando na organização desse projeto é o diretor da ESAMT e vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Welder Queiroz. Seria praticamente impossível fazermos um curso presencial que trate de todas as alterações importantes no novo CPC. São cerca de 63 pontos de mudança. Vamos oferecer oficinas presenciais também. Mas, o curso gravado será mais completo”.

O presidente da OABMT, Maurício Aude, ressaltou que a intenção é disponibilizar a todos os advogados

e advogadas do Estado seja via internet ou com a entrega de DVDs. “Ainda estamos analisando a forma menos onerosa já que serão necessários de quatro a cinco DVDs. Mas, de qualquer forma no final do ano toda a advocacia mato-grossense terá acesso a esse material inédito”.

Balanço - Bruno Castro ressaltou que em Mato Grosso tem conseguido oferecer cursos com os maiores doutrinadores e juristas do Brasil e também alguns internacionais o que tem atraído grande público à OABMT.

Em 2013 foram emitidos 7.504 certificados, colocando a ESAMT em segundo lugar no ranking nacional. Em 2014, foram 6.373 certificações e em 2015, até junho, já foram emitidos 2.945 certificados em 93 cursos, palestras, congressos e seminários realizados. “Queremos ressaltar aos presidentes de Subseções que a Escola está à disposição para oferecer palestras, cursos e oficinas nos temas de maior interesse da advocacia local. Temos levado nossos advogados, que atuam voluntariamente, para todas as regiões, basta nos contatar”.

Carta de Sorriso ressalta reivindicações urgentes

O Colégio de Presidentes de Subseções da OABMT e de Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados divulgou a Carta de Sorriso a partir dos trabalhos realizados na Subseção. Entre as reivindicações mais urgentes estão: requerer ao TRT que inclua sistema de segurança áudio visual nas salas de audiências; rechaçar violação de prerrogativas, como invasão de escritórios e casas de advogados; afirmar a indispensabilidade da advocacia nas audiências alternativas de resolução de conflitos; buscar a reestruturação de fóruns em péssimas condições e instalação de novas varas; entre outros. Confira a íntegra da Carta de Sorriso:

CARTA DE SORRISO

O Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de Mato Grosso, realizado na cidade de Sorriso, no dia 18 de junho de 2015, para cumprimento do Regimento Interno do Colégio de Presidentes, atendendo às funções institucionais e norteados nos princípios e ideais da entidade, houve por bem tomar as seguintes deliberações:

REQUERER expressamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, que inclua na dotação orçamentária do ano de 2016, a instalação do sistema de segurança áudio visual nas salas de audiência, para garantir aos advogados e às advogadas o respeito às prerrogativas profissionais, durante as audiências, tendo em vista que alguns magistrados têm se recusado a consignar requerimentos dos advogados nas atas, deixando de retratar com fidelidade a prova oral produzida, independente da existência dessa ferramenta



na plataforma do PJe;

SUGERIR ao Sistema OAB-MT a implantação de medidas de modernidade que proporcionem maior acesso à informação e celeridade nos serviços, procedimentos e processos, em especial, ao Tribunal de Ética e Disciplina;

RECHAÇAR qualquer ato que viole as prerrogativas profissionais, em especial, aqueles que ferem a inviolabilidade dos escritórios e residências das advogadas e advogados;

AFIRMAR a indispensabilidade do advogado e da advogada em todos os mecanismos de solução de conflitos, especialmente na mediação, seja ela pré-processual ou processual;

PUGNAR pela reestruturação do espaço físico dos Fóruns da Justiça Comum, atendendo à acessibilidade nos termos da NBR 9050-ABNT, nas Comarcas de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Comodoro, Diamantino, Juína, Jaciara, Barra do Bugres, Juara, Porto dos Gaúchos, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Itiquira e Nobres;

COBRAR do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso a realização de novo concurso para juizes, logo após a posse dos magistrados aprovados no concurso em andamento, tendo

em vista a demanda repressada de processos em diversas comarcas do estado;

ESTUDAR os critérios de pontuação utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para aferir a produtividade dos juizes, especialmente no que concerne à pontuação conferida aos despachos de mero expediente;

APOIAR a criação da 3ª vara da Comarca de Mirassol D'Oeste, 3ª vara de Nova Mutum, a 2ª vara da Comarca de Sa-

pezal e a vara criminal de Porto Alegre do Norte em razão da criação do presídio feminino;

REQUERER ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que durante o curso de formação dos magistrados aprovados no concurso em andamento, estes colaborem em mutirões nos Juizados Especiais de todo o Estado Mato Grosso;

CONTINUAR apoiando a Comarca de Jaciara na construção e instalação do CDP – Centro de Detenção Provisório, através do Governo Estadual e/ou Federal.

Sorriso – MT, 18 de junho de 2015.

Maurício Aude
Presidente da OAB/MT

Evandro Santos da Silva
Presidente de Sorriso

Ronaldo Batista Alves Pinto
Presidente de Rondonópolis

Leonardo André da Mata
Presidente de Barra do Garças

Gildo Capeleto

Presidente de Diamantino

Flávia Petersen Moretti
Presidente de Várzea Grande

Felipe Matheus de França Guerra
Presidente de Sinop

Gustavo Tostes Cardoso
Presidente de Mirassol D'Oeste

Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Presidente de Alta Floresta

Josemar Carmerino dos Santos
Presidente de Tangará da Serra

José Ribeiro Júnior
Presidente de Peixoto de Azevedo

Janete Garcia de Oliveira Valdez
Presidente de Pontes e Lacerda

Oswaldo Lopes de Souza
Presidente de Juína

João Batista Nichele, neste ato representado pelo Elbio Gonzales
Vice-presidente de Comodoro

Claudinez da Silva Pinto Junior
Presidente de Jaciara

Marcelo da Cunha Marinho
Presidente de Canarana

Christian Jaques L. Gasparotto
Presidente de Juara

Abel Sguarezi
Presidente de Lucas do Rio Verde

Nelson Manoel Júnior
Presidente de Primavera do Leste

Cesar Roberto Boni
Presidente de Nova Mutum

Rhandell Bedim Louzada
Presidente de Vila Rica

Tiago Thoma Martins de Paula
Presidente de Água Boa

Evandro Silva Salvador
Presidente de Paranatinga



Comprovação de diligência está perto de terminar

As diretorias da OABMT e da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) se reuniram com o juiz diretor do Foro de Cuiabá e receberam a notícia de que a comprovação do pagamento das di-

ligências aos oficiais de justiça está perto de terminar. Após diversas reuniões pedindo o fim deste procedimento, ficou definido que, em setembro, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso lançará um sistema ca-

paz de emitir a guia e já vincular o pagamento aos processos. Participaram o presidente da Seccional, Maurício Aude; o conselheiro estadual e presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, e o juiz diretor Aristeu Dias Batista Vilella.

“Temos recebido muitas queixas sobre a impossibilidade de se fazer o pagamento de diligências dos oficiais de justiça pela internet, o que vem acarretando transtornos à advocacia. Agora, com a notícia de que esse problema será solucionado em dois meses, ficamos satisfeitos em ver mais um pedido acatado pelo TJMT, que vem se reunindo frequentemente com a Comissão de Direito Eletrônico com o escopo de melhorar os serviços judiciários”, comemorou Maurício Aude.

Eduardo Manzeppi também celebrou o avanço pelas instituições. “Mais uma vez o diálogo prevaleceu. Estou em constante

contato com a Coordenadoria de Informática do TJMT conversando, trocando ideias de como evoluir em determinadas ocasiões visando a satisfação dos serviços prestados pelo Judiciário à advocacia e sociedade, e é bom ver que esse nosso esforço está dando resultado. Agora vou agendar uma reunião com a equipe de TI para obter mais informações sobre a conclusão desse sistema que muito beneficiará os profissionais do direito”.

Acesso ao fórum - Além da diligência aos oficiais de justiça, a OABMT reiterou o pleito para que haja uma entrada exclusiva para a advocacia no Fórum de Cuiabá. Os representantes da Ordem ressaltaram ser necessária tal implantação, uma vez que muitos advogados quase perderam audiências precisando fazer cadastro na recepção. De acordo com Maurício Aude e Eduardo Manzeppi, essa situação se agrava, principalmente, quan-

do há mutirões de conciliação. Para tanto, sugeriram que o Fórum e o TJMT instalem leitores de impressão digital com a finalidade de evitar a perda de tempo na fila de atendimento.

O juiz diretor do

foro, Aristeu Dias Batista Vilella, disse ser favorável à solicitação e noticiou que já pediu ao TJMT e à Coordenadoria Militar do órgão que estude a viabilidade da instalação desse mecanismo.



STF faz justiça tributária ao garantir habeas data para dados pessoais

“O contribuinte é um cidadão que possui direito a amplo acesso aos seus dados. A decisão do STF contribui para a justiça tributária no Brasil”, afirmou o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, acerca do entendimento da Suprema Corte em permitir o uso do habeas data como instrumento para obter informações em órgãos de arrecadação federal e da administração local. Em decisão histórica, o STF

reconheceu, por unanimidade, o direito de todos os cidadãos e de empresas de terem acesso a dados tributários próprios, não cabendo o argumento de sigilo fiscal para tais requisições.

A OAB participou do julgamento do Recurso Especial, como interessada e enviou ao Supremo uma série de argumentos em defesa da liberação dos dados. Além disso, o procurador especial tributário da Ordem, Luiz Gustavo Bichara, fez sustentação oral. No caso, uma em-

presa teve negado acesso a seus dados no Sistema de Conta Corrente de Pessoa Jurídica (Sincor), mantido pela Secretaria da Receita Federal. Os juízes foram contra o entendimento da União de que tais dados não teriam utilidade para os cidadãos e de que a multiplicação de decisões semelhantes tumultuaria a administração pública.

O relator da matéria, ministro Luiz Fux, declarou que a decisão é uma forma de garantir transparência a todos, abrindo

caminho para que pessoas físicas e jurídicas tenham pleno acesso a informações pessoais em bancos de dados públicos e privados. “Aos contribuintes foi assegurado o direito de conhecer as informações que lhes digam respeito em bancos de dados públicos ou de caráter público, em razão do direito de preservar o status do seu nome, seu planejamento empresarial, sua estratégia de investimento e principalmente a recuperação de tributos pagos indevidamente, en-

tre outras finalidades”.

Segundo a Ordem, a Receita Federal do Brasil apenas disponibiliza, para consulta eletrônica, informações a respeito de débitos, não dando acesso a eventuais créditos ou pagamentos efetuados que não estejam alocados a débitos. “A administração pública não pode se furtar ao dever de prestar informações de interesse do administrado, notadamente por razões que, à evidência, resvalam para um discutível propósito arrecadatório”. (Recur-

so Extraordinário 673707)

Repercussão geral - Com a decisão foi também fixada a tese para fins de repercussão geral: “O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos administração fazendária dos entes estatais”. (Fonte: Conselho Federal da OAB)

oABMT pede que Quinta Turma faça leitura de votos em sessão

A diretoria da OABMT encaminhou pedido de providências ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso no que tange ao procedimento adotado pelos desembargadores que compõem a Quinta Câ-

mara Cível do órgão. É que, de acordo com a conselheira estadual Daniela Echeverria, os magistrados estão apenas anunciando o resultado dos julgamentos sem que haja a leitura do voto do relator ou revisor. A conselheira expôs

o caso na sede da OABMT, durante reunião da 2ª Turma do Conselho Seccional. A diretoria da Seccional imediatamente remeteu o fato à Procuradoria Jurídica que encaminhou ofício ao presidente do TJMT.

Para a Ordem, a atitude dos desembargadores “vai de encontro ao disposto nos artigos 93 e 94 do Regimento Interno do TJMT, bem como usurpa dos advogados o direito constante no artigo 7º, X, da Lei 8906/94, o qual

franqueia aos patronos a sumária intervenção, solicitando a palavra ‘pela ordem’ ao presidente para esclarecer dúvidas ou equívocos surgidos em relação a fatos, documentos ou afirmações que possam influir no jul-

gamento”. Por esse motivo, a Ordem requer a adoção de medidas necessárias a fim de que os magistrados que compõem a Quinta Câmara Cível observem os termos do regimento e da lei federal mencionada.

Cojesp debate melhoria na prestação jurisdicional

As diretorias da OABMT e da Comissão de Juizados Especiais trataram com os representantes do Tribunal de Justiça da melhoria na prestação jurisdicional em reunião com a presença da vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino; do presidente da Cojesp, Giorgio Aguiar; do membro da comissão Gilberto Borges; do presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha; e do juiz auxiliar da Presidência Túlio Duailibi Souza.

Os advogados enfatizaram que é preciso avançar na construção do Complexo dos Juizados Especiais de Cuiabá. “Sabemos que os custos são altos, mas precisamos tomar alguma medida a fim de desafogar os juizados. A população cresceu, o número de processos aumentou, e os juizados não acompanharam esse ritmo. Por isso, queremos saber do TJMT se há

algum planejamento nesse sentido”.

O desembargador disse que o Judiciário está preocupado em terminar seis obras que estão sendo realizadas no interior. “As empresas que venceram as licitações não concluíram as obras. Após isso ocorrer é que pensaremos em Várzea Grande e nos juizados especiais pelo fato de serem obras vultosas, até mesmo pelo fato de que o tribunal não tem condições de fiscalizar todas ao mesmo tempo”.

Ainda quanto à estrutura dos juizados, foi solicitado pela OABMT que retirem o Terceiro Juizado da UFMT pela falta de acessibilidade à população. “Falta ônibus e muitas pessoas estão perdendo audiências. Falta ar condicionado ou até mesmo ventilador nesse juizado. A Caixa de Assistência dos Advogados doou um aparelho, mas o contrato

feito entre TJMT e UFMT não permite fazer alterações estruturais como a instalação ou realocação de uma tomada”, pontuaram os representantes da Ordem.

Outro ponto debatido foi a viabilidade de dois juizes para cada juizado. De acordo com a Cojesp, o Primeiro, Sexto, Sétimo e Oitavo Juizado de Cuiabá, além do Juizado do Jardim Glória, estão com um magistrado ou sem nenhum. Também pediram a realização de mutirão no Oitavo Juizado Especial de Cuiabá, cujas audiências estão sendo agendadas para fevereiro de 2016.

O presidente do TJMT garantiu que a situação melhorará a partir de 14 de julho, após a posse dos juizes aprovados no concurso público, que será no dia 13. “Nossa intenção é nomear 25 magistrados. Ao mesmo tempo em que participarem de curso de



capacitação, serão designados para atuar nos juizados especiais visando reduzir o trâmite processual, pois nossa meta é virar 2016 com estoque zerado, inclusive na Turma Recursal”.

Por fim, pleitearam a isenção do preparo para recurso de agravo de instrumento no Juizado Especial da Fazenda Pública, baseado em parecer elaborado pela Cojesp no sentido de ser

indevido. A Presidência do TJMT informou que este assunto deve ser tratado com a Corregedoria-Geral da Justiça, responsável por disciplinar os atos da primeira instância.

OABMT e TDP atuarão na defesa de advogado

As diretorias da OABMT e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) atuaram de forma incisiva visando garantir a defesa das prerrogativas do advogado Miguel Zaim, que teve seu escritório invadido de forma ilegal por fiscais da Prefeitura de Cuiabá. De acordo com o profissional, além da invasão ilegal, os fiscais teriam cometido abuso de poder, ameaça, coação moral e constrangimento ilegal.

O presidente da Ordem, Maurício Aude, e o secretário-geral, Daniel Teixeira, receberam o advogado Miguel Zaim e funcionários, que entregou toda a documentação e vídeos. Aude destacou que tomara todas as providências necessárias no sentido de que o fato fosse apurado o mais rápido possível e que os agentes envolvidos fossem rigorosamente punidos, se a conclusão do caso assim apontar.

Maurício Aude e Luiz da Penha registraram que “a inviolabilidade do escritório é uma garantia



constitucional dada ao advogado, vez que este é indispensável à administração da justiça. Vamos atuar em conjunto, até mesmo porque o artigo 49 do nosso Estatuto nos garante isso. Os fiscais têm todo o direito de trabalharem e aplicarem as penalidades que entendem corretas. Contudo, devem atuar com respeito e não de forma não truculenta como

ocorreu”.

Zaim afirmou que “era essa a atitude (o apoio) que esperava da Ordem”. Relatou que a situação teve início em fevereiro, quando recebeu duas multas, no valor de R\$ 22 mil, dos agentes de fiscalização aplicadas em razão da construção de calçada e muro em uma de suas propriedades, posteriormente alugada. Ele

apresentou defesa administrativa alegando que as obras de calçamento e muro dispensam alvará, logo, as multas seriam “inaplicáveis, confiscatórias e desproporcionais”. Porém, em razão das obras da empresa que alugou o espaço, os fiscais o procuraram para aplicar nova multa de R\$ 966. Na ocasião, ele estava atendendo um cliente e sua secretária avisou

que havia diversos homens que se apresentaram como fiscais, sendo que dois deles estavam armados.

“Eu permiti apenas que os dois fiscais entrassem na sala e um terceiro que iria entrar todo mundo. Quando a secretária abriu a porta, entraram todos e ficaram lá”, relatou o advogado. Um dos fiscais teria o reprimido em razão de alegadas irregularidades na obra, argumento que foi rebatido. “Perguntaram sobre a autorização da obra. E eu disse: que obra? Eu não estou construindo nada. Eu acho que vocês estão começando errado. Se há problema em alguma obra, vocês têm que atuar lá, não vir atrás de mim, porque eu não estou construindo nada”.

Miguel Zaim afirmou que pediu a identificação de todos, mas os dois rapazes armados (sem crachás) se limitaram a dizer que eram policiais e não quiseram se identificar. “Pedi para eles saírem porque eu não os autorizei a entrar. Mas eles não quiseram sair.

Eu então saí da sala e os deixei na sala. E nisso, começaram a chegar clientes. Então, falei a eles que não me restaria outra alternativa senão ligar para a polícia”.

Um representante da Polícia Militar chegou no local e pediu para que todos saíssem, com exceção do fiscal e do advogado. Desta forma, Zaim aceitou assinar o auto de infração e criticou a conduta dos fiscais. “Eles invadiram meu escritório, sem autorização, fizeram constrangimento ilegal e ameaça, com duas pessoas armadas”. O advogado entrou com duas representações: uma na corregedoria da Polícia Militar, em razão da conduta dos ditos policiais sem identificação, e outra na corregedoria da Prefeitura de Cuiabá, uma vez que, para ele, os fiscais atuaram de forma ilegal e abusiva; além de registrar boletim de ocorrência por violação de domicílio, abuso de autoridade, constrangimento ilegal e ameaça. (Com informações do Mídia Jur)

Seccional pede suspensão de prazo na justiça federal

A diretoria da OABMT protocolou em junho pedido de suspensão de prazo processual no âmbito da justiça federal em Mato Grosso pelo fato dos servidores terem deflagrado movimento grevista. De acordo com o presidente da Ordem, Maurício Aude, “advogados e partes estão impedidos de rea-

lizarem atos processuais, sendo o acesso restrito aos processos que requeiram urgência ou que importem perecimento de direito, o que vem acarretando inegáveis prejuízos em decorrência de preclusão dos atos processuais”.

Conforme o advogado, “não é razoável que os usuários do Poder Judiciário Federal fiquem

aguardando indistintamente o restabelecimento do atendimento pelos serventuários para a realização dos atos processuais e acesso aos processos. Por isso, pedimos para que os prazos sejam suspensos no período em que perdurar a greve, evitando-se graves prejuízos aos jurisdicionados”, finalizou Aude.



Drogas e álcool são temas de debate na OABMT

■ A Comissão de Políticas sobre Drogas da OABMT realizou audiência pública sobre “A OABMT e as políticas sobre drogas – reflexos do abuso de álcool em festas” e conduzida pelo presidente, Nestor Fidelis. O evento contou com a participação de diversas instituições e sociedade. “A Ordem tem legitimidade para propor, debater o assunto e firmar parcerias que visam o combate às drogas. Hoje, elas não batem mais às portas de nossas casas, já estão dentro dos nossos lares, e são uma realidade grave

que estamos vivendo”. O presidente da comissão destacou que “seria ideal que o terceiro setor não precisasse atender pessoas envolvidas com as drogas, ficando esse serviço a cargo apenas do setor público. Infelizmente, não é o que ocorre. Nosso Estado é o que mais apreende drogas e o número não para de crescer. Precisamos pensar, também, na prevenção, e não apenas na repressão”. Acrescentou que a bebida (álcool) é a droga que mais mata no trânsito e chamou a atenção para a realização das chamadas festas open

bar. “Hoje o que prevalece são festas regadas a bebidas. Percebemos que nas festas de formatura, por exemplo, há muita ingestão de álcool. Não queremos um discurso xiita, mas apenas que haja responsabilidade”. Um investigador de polícia apresentou as ocorrências registradas no sistema da Polícia Civil pelo uso de bebidas alcoólicas nos anos de 2012, 2013, 2014 e até maio deste ano. As três ocorrências de maior natureza foram: • Conduzir veículo automotor sob a influência de álcool (2012 – 436 casos; 2013 –

1113 casos; 2014 – 1425 casos e de janeiro a maio deste ano – 686 casos);

- Lesão corporal (2012 – 830 casos; 2013 – 1054 casos; 2014 – 1206 casos e de janeiro a maio deste ano 536 casos);
- Embriaguez (2012 – 568 casos; 2013 – 649 casos; 2014 – 617 casos e 2015 261 casos).

Após a apresentação, os debates começaram e, ao final, uma carta foi confeccionada a fim de formular ações para serem colocadas em prática visando imprimir mais efetividade no combate às drogas.



Diretoria busca apoio para reconhecimento de advogados públicos

■ O presidente da OABMT, Mauricio Aude, se comprometeu em encaminhar aos parlamentares e ao Conselho Federal da OAB nacional os pleitos dos advogados públicos do Estado para buscar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional

nº 39/2012, em trâmite no Senado Federal, e da PEC nº 373/2013, em trâmite na Câmara dos Deputados, entre outros. Ele se reuniu com representantes da categoria no Plenário Mário Cardilho.

O conselheiro estadual da Seccional e presidente

da Associação da categoria, Heitor Correa da Rocha, e a representante da Associação Brasileira de Advogados Públicos em Mato Grosso, Romélia Peron, falaram da tramitação das propostas e das dificuldades em mobilizar os parlamentares em prol da demanda deles. Explicaram que a PEC que tramita na Câmara Federal foi colocada em votação, porém, dois deputados federais pediram vistas e foi retirada de pauta. Outra preocupação apresentada foi quanto à reforma administrativa do Governo Estadual que publicou o artigo 18 da Lei Complementar nº 566/2015 (Reforma da Administração Pública) dando competência exclusiva aos procurado-

res do Estado de exercer a função de assessoria e consultoria jurídica na administração estadual. “Fazemos parecer em diversos tipos de processos, como aposentadorias, movimentação de gestão de pessoas, entre outros; e sabemos que a Procuradoria-Geral do Estado não tem estrutura para atender toda a demanda. Queremos ser reconhecidos como advogados públicos já que o concurso exigiu a carteira da Ordem para atuar”.

O presidente da OABMT se comprometeu em encaminhar as questões às Comissões de Advogados Públicos da Seccional, de Prerrogativas da OAB nacional, além da Comissão de Estudos Constitucionais Maurí-

cio Aude lembrou que desde a gestão passada vem contribuindo com a resolução das demandas da advocacia pública como ocorreu no caso dos Técnicos da Área Instrumental do Governo (Taigs), ocasião em que a Comissão de Estudos Constitucionais emitiu

parecer prévio acerca do Projeto de Lei do Analista Jurídico e Assessoria Jurídica realizada por advogados que não integram a Procuradoria Geral e que chegou à conclusão de que “não é inconstitucional a existência de consultores e assessores jurídicos (...)”.



Suspensas ações coletivas contra corte de internet

■ O ministro Moura Ribeiro, do STJ, suspendeu os andamentos de todas as ações coletivas contra a Oi que discutem corte de internet em celular pré-pago após o esgotamento da franquia contratada. A decisão foi tomada em conflito de competência suscitado pela empresa. De acordo com a Oi, já foram propostas pelo menos 15 ações coletivas em juízos diferentes, de vários estados do país, contra ela própria e também contra as operadoras Vivo, Tim e Claro.

Indefinição - Nessas ações, as entidades de defesa do consumidor sustentam que as operadoras modificaram indevidamente os contratos quando passaram a bloquear a internet ao término da franquia, razão pela qual pediram a concessão de medidas urgentes para manter a conexão, ainda que com velocidade reduzida, como ocorria antes. A Oi informou que em 11 das ações propostas foram concedidas liminares para determinar a continuidade do serviço, sob pena de multa diária, mas que seis

foram suspensas em 2ª instância. Para a operadora, haveria uma indefinição, marcada por entendimentos divergentes sobre o tema, que seria “manifestamente prejudicial e intolerável, por criar um ambiente de insegurança e de quebra da isonomia, fatiando interpretações pelo território nacional”.

Decisões inconciliáveis - A Oi sustentou que a existência de grande número de ações coletivas sobre o mesmo tema tramitando em juízos diferentes poderia implicar

“a prolação de decisões inconciliáveis sob o ângulo lógico e prático, já que se trata de serviço de interesse coletivo, prestado de forma uniforme em todo o país”. A operadora pediu que a 5ª vara Empresarial do RJ fosse declarada competente para processar e julgar todas as demandas, pois para lá teria sido distribuída a primeira ação civil pública sobre o assunto. Em liminar, requereu a suspensão das decisões proferidas pelos demais juízos e o sobrestamento das ações.

Sem efeitos - Em sua decisão, o ministro Moura Ribeiro destacou que não se verificaria a alegada disparidade entre decisões, ao contrário, houve deferimento de quase todas as liminares em favor dos usuários. E, na maioria dos casos, as liminares tiveram seus efeitos suspensos por decisões de segunda instância. “Então, as decisões nem são contraditórias nem estão produzindo seus efeitos”. Ele reconheceu que a operadora, à primeira vista, teria razão quanto à necessidade

de reunião das ações em um só juízo, mas este é o tema principal do conflito de competência, a ser decidido, em data ainda não marcada pela 2ª seção do STJ. O ministro deferiu o pedido de liminar para sobrestar o andamento das ações coletivas listadas pela Oi até o julgamento que definirá o juízo competente. Até lá, também ficam suspensas as decisões proferidas em primeira instância que já não tenham sido sustentadas em segunda. Processo relacionado: CC 141.322. (Fonte: Migalhas)

CAA/MT realiza colônia de férias em Barra do Garças e Cuiabá



REALIZAÇÃO:
CAAMT
Círculo de Assistência dos Advogados

APOIO:
BRASIL Beach HOME RESORT

20 a 24 de julho

9ª COLÔNIA DE FÉRIAS

Cuiabá-Mt

UFMT

Inscrição de 01 a 17 de julho
R\$ 200,00
Horário: das 8h às 18h
LOCAL: AAMT (Associação dos advogados de MT)

Participantes filhos e dependentes de advogados com idade entre 6 e 12 anos; Vagas limitadas!

Informações: (65) 3644-1006 / 3644-1374



Diretoria apresenta balanço de ações realizadas durante a gestão

Além de uma oportunidade para a troca de experiência, o Colégio de Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) é um momento para realizar o balanço de todo o trabalho realizado. Durante o encontro realizado entre os dias 17 e 19 de junho, em Sorriso, a diretoria da entidade apresentou os dados das ações realizadas desde 2013 – primeiro ano da segunda gestão, em Cuiabá e interior do Estado.

Entre os participantes da quinta edição do evento estavam os Delegados da CAA/MT nas Subseções da OAB de Sorriso, Canarana, Sinop, Primavera do Leste, Comodoro, Peixoto de Azevedo, Paranatinga, Tangará da Serra, Rondonópolis, Nova Xavantina, Alta Floresta, Jaciara, Nova Mutum, Juara, Diamantino e Várzea

Grande. A diretoria da Caixa de Assistência foi representada por seu presidente, Leonardo Pio da Silva Campos; vice-presidente, Flaviano Taques de Figueiredo; secretário-geral, Helmut Flávio Preza Daltro (secretário-geral), diretor-tesoureiro, Leonardo Vergani, e seu diretor José Luiz Bojikian.

“Se hoje apresentamos números tão positivos é graças ao empenho da equipe da Caixa de Assistência, especialmente, dos nossos Delegados que abraçaram a causa e buscaram atender às reais necessidades dos profissionais da advocacia de Mato Grosso”, destaca o presidente da CAA/MT.

O secretário-geral da entidade enumerou as principais ações realizadas ao longo de 30 meses de trabalho: ações preventivas de saúde, colônia de férias, disponibilização dos serviços de validação

do certificado digital, OABPrev e livreria por meio do projeto Caravana da Caixa e Corrida da Advocacia que chega a sua terceira edição.

O fortalecimento do Programa Anuidade Zero nesse período foi destacado. Além da restituição de 311 anuidades para advogados (que deram à luz de 2013 e maio de 2015) por meio do Auxílio Maternidade; o crescimento no número de convênios firmados foi destacado. “Em 2013, tínhamos em nosso sistema 700 empresas conveniadas, atualmente, são 1.063. Esses avanços que obtivemos são reflexos da dedicação e do árduo trabalho de cada um dos nossos Delegados. Até 31 de dezembro, último dia de nossa gestão, tenho certeza que muito ainda será feito em prol dos advogados e advogadas”, destaca Helmut Flávio Preza Daltro.

As férias de julho prometem ser bastante movimentadas para as crianças de Barra do Garças e Cuiabá. Isso porque a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) promoverá mais uma divertida e educativa edição da já tradicional Colônia de Férias. Em Barra do Garças, essa será a terceira edição; em Cuiabá, será a 9ª Colônia de Férias.

A programação começa primeiro em Barra do Garças. Na sede da Affemat, as atividades serão desenvolvidas pela equipe da CAA/MT em parceria com a UFMT campus Araguaia entre os dias 13 e 17 de julho, das 8h às 17h.

Em Cuiabá, as atividades serão realizadas de 20 a 24 de julho, na sede da Associação dos Advogados, das 8h às 18h. A equipe da UFMT – campus Cuiabá – será novamente parceira nesse evento.

QUEM PODE PARTICIPAR - As colônias de férias da CAA/MT destinam-se a filhas, filhos e dependentes de advogadas, advogados, estagiárias e estagiários inscritos na OAB/MT. As crianças participantes devem ter idades entre seis e 12 anos.

TAXA DE INSCRIÇÃO - A taxa de inscrição para a colônia de férias de Barra do Garças é de R\$ 220 e Cuiabá é de R\$ 200. Nesse valor já estão incluídas todas as refeições (café da manhã, almoço e lanche), kit participante (camiseta e mochila esportiva) e passeio. O pagamento deverá ser feito em dinheiro, cheque, depósito ou transferência bancária.

ONDE SE INSCREVER EM BARRA DO GARÇAS - Em Barra do Garças, as inscrições são feitas na sede da OAB/Barra do Garças, das 13h às 18h, até o dia 10 de julho.

ONDE SE INSCREVER EM CUIABÁ - As inscrições para a 9ª Colônia de Férias serão realizadas de 1º a 17 de julho na sede da CAA/MT (anexo à OAB/MT) das 8h às 18h e no Estacionamento dos Advogados das 12h às 19h.

Informações:
OAB/Barra do Garças (66) 3401-1730
CAA/MT (65) 3644-1006 / 3644-1374
Estacionamento dos Advogados (65) 3644-3040

Leonardo Campos destaca ações à frente da CAA/MT durante V Colégio de Delegados



As ações realizadas pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) nortearam o discurso do presidente da entidade, Leonardo Pio da Silva Campos, na solenidade de abertura do V Colégio de Presidentes da OAB/MT e Delegados da CAA/MT Gestão 2013-2015. O encontro ocorreu entre os dias 17 e 19 de junho, em Sorriso.

Estiveram presentes diretores do Conselho Federal da OAB, OAB/MT, CAA/MT e representantes do Sistema OAB/MT que atuam no interior de Mato Grosso e autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipal. Na oportunidade, foi inaugurada a nova sede da OAB/Sorriso.

“Este é um momento bastante esperado por todos porque temos a oportunidade de apresentar um balanço do trabalho realizado e trocar experiências que nortearam nossos projetos”, explica Leonar-

do Campos que expôs dados desde 2010, primeiro ano de sua gestão como presidente da CAA/MT.

“Um dos motivos que me traz satisfação nesses quase seis anos de gestão é auxiliar os profissionais da advocacia diretamente, por meio dos serviços e benefícios, ou diretamente através das Subseções”, destaca o presidente da CAA/MT.

Ele lembrou que o trabalho da Caixa de Assistência vai além da disponibilização de plano de saúde, plano de previdência complementar OABPrev, validação do certificado digital e concessão de auxílio maternidade e funeral, por exemplo. A entidade também realiza doações de equipamentos tecnológicos (computadores, digitalizadores e impressoras) às Subseções e salas da OAB em Cuiabá por meio do Programa Inclusão Digital; apoia palestras e cursos de qualificação profissional em todo o Estado; investe na reforma e

construção das sedes das Subseções da OAB como a de Sorriso.

Mas o discurso de Leonardo Campos abordou ainda questões pertinentes ao dia-a-dia dos profissionais da advocacia. A morosidade do poder Judiciário foi uma delas. Ele pontuou a falta de juizes e de servidores como fator para os problemas pelos quais passa a justiça brasileira. A criação de novas Varas e Comarcas e os problemas frequentes do Processo Judicial Eletrônico foram citados pelo presidente da CAA/MT que também atua como coordenador das Comissões Temáticas da OAB/MT.

“Sinto-me satisfeito e grato por fazer parte dessa família chamada OAB Mato Grosso que me oportunizou a participação em episódios importantes para a advocacia e, certamente, me oportunizará outros tantos. Assim, continuaremos nosso trabalho em prol da advocacia mato-grossense”, finaliza Leonardo Campos.

Atletas inscritos na 3ª Corrida da Advocacia receberão um super kit

■ Camiseta com tecido tecnológico, chip eletrônico, porta celular de braço, mochila fitness, toalha de rosto e squeeze. São os itens que compõem o kit atleta da 3ª Corrida da Advocacia. Os inscritos de todas as categorias (advogados(as)/estagiários(as) e público geral) receberão os itens.

Os kits serão entregues entre os dias 26 e 29 de agosto, na loja Adidas, no Pantanal Shopping, mediante apresentação do comprovante de pagamento da inscrição. A prova terá sete quilômetros e será realizada em 30 de agosto. A largada e a chegada ocorrerão no Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá.

O período de inscrição termina dia 10 de julho, somente via internet. Advogados(as) e estagiários(as) pagam R\$ 40; público geral, R\$ 60. Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos têm 50% de desconto e Pessoas Com Deficiência estão isentas do pagamento da taxa de inscrição.

PREMIAÇÃO - Os três melhores colocados na categoria advogados(as)/estagiários(as), masculino e feminino, receberão vales-compra da Adidas nos valores de R\$ 1.500, R\$ 1.000 e R\$ 500 para os primeiros, segundos e terceiros colocados, respectivamente.

Para a categoria público geral, masculino e feminino, a premiação será em dinheiro. Os primeiros colocados receberão R\$ 1.000; os segundos, R\$ 600; e os terceiros melhores tempos R\$ 400. Ao primeiro colocado na categoria PCD, masculino e feminino, será entregue a quantia de R\$ 1.000. Todos os inscritos que cruzarem a linha de chegada receberão medalhas de participação.

PATROCINADORES - Realizada pela CAA/MT em parceria com a OAB/MT, a 3ª Corrida da Advocacia têm por patrocinadores as seguintes empresas: Adidas, Casa Prado, Criativa Farmácia de Manipulação, Nayara Gaspar Prestes Studio Pilates, Supera Sports, Lebrinha, Faz Gestor Jurídico On-line, Onng e Ótica dos Advogados. São apoiadores do evento o Batalhão de Polícia Militar de Trânsito do Estado de Mato Grosso, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, Polícia Militar e Secretaria de Mobilidade Urbana de Cuiabá.

Informações: (65) 3644-1006 / 3644-1374 - CAA/MT

Aplicativo facilitará consulta aos convênios

■ Agosto. É o mês previsto para que o aplicativo de convênios da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) esteja disponível para ser baixado, gratuitamente, no telefone celular. O programa será mais uma ferramenta de acesso às informações das empresas e prestadores de serviços que oferecem descontos especiais aos advogados, advogadas, estagiários e estagiárias.

A novidade foi apresentada durante o V Colégio de Delegados da CAA/MT realizado entre os dias 17 e 19 de junho, em Sorriso.

O presidente da

CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que o aplicativo atende a uma crescente demanda. “Atualmente, resolve-se muita coisa por meio do celular. Cientes da importância da tecnologia na vida das pessoas, nós queremos facilitar aos profissionais da advocacia, garantindo que todos tenham, nas palmas de suas mãos, acesso aos serviços e benefícios da Caixa de Assistência”.

O secretário-geral da CAA/MT, Helmut Flávio Preza Daltro, adianta que o aplicativo possibilitará acesso não somente à relação de convênios vigentes, mas a todas as informa-

ções hoje disponibilizadas no site da entidade. “A advogada poderá, por exemplo, entender o que é e quais os documentos necessários para solicitar o Auxílio Maternidade”.

O aplicativo somará aos instrumentos de consulta já colocados à disposição dos operadores do Direito. “Além de nosso site, todas as nossas parcerias estão consolidadas no Guia de Compras e Serviços que é enviado, anualmente, aos escritórios e residência de todos os profissionais da advocacia de Mato Grosso que estão inscritos na OAB/MT”, finaliza Leonardo Pio da Silva Campos.

TOME NOTA I: A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa que os atendimentos referentes ao plano de saúde Unimed, OABPrev, seguros e certificação digital serão realizados das 9h às 17h30 ininterruptamente. Importante destacar que o horário de atendimento da Livraria Casa do Advogado permanece das 8h30 às 18h. Não haverá mudanças também no horário do expediente da equipe administrativa da CAA/MT que segue das 8h às 18h.

TOME NOTA II: A partir de agora, os vouchers de O Boticário, enviados aos aniversariantes do mês, deverão ser utilizados na loja situada à Avenida Getúlio Vargas, 1175, ao lado do Banco do Brasil, e não mais na Avenida Fernando Corrêa da Costa como impresso nos vouchers. Informações: (65) 3644-1006 CAA/MT

Ciclo de palestras debaterá 25 anos do CDC

A Comissão de Defesa do Consumidor promove entre junho a setembro ciclo de palestras pelos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor. O presidente da CDC, Rodrigo Palomares, registrou que “o ciclo terá assuntos relevantes abordados por profissionais do mais alto gabarito e esperamos contar com a presença de advogados, advogadas, acadêmicos, estagiários e sociedade em geral. A OABMT é a casa da democracia e está de portas abertas a todos”.

A delegada da Delegacia do Consumidor, Ana Cristina Feldner, falou sobre “Legitimidade, competência e Procedimentos e Processo Administrativo” e registrou “que todas as pessoas, sem exceção, já foram vítimas de crimes previstos no CDC, mas que, pela falta de conhecimento, não registraram denúncia. Os consumidores são as partes mais frágeis da relação jurídica e sempre, infelizmente, são humilhados, principalmente com quando precisam resolver algum problema e são atendidos por equipe de telemarketing”. Ela explicou as diferenças entre infrações administrativas e a atuação policial, além de como funciona a Decon.

O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca de Cuiabá, Mário Kono, abordou “A importância do Jecrim para o equilíbrio das relações de consumo”. Assim como a delegada, o magistrado abordou os artigos que entende serem os principais e mais usuais na relação entre as partes, bem como a característica de cada um deles.

Confira abaixo a programação completa:

23 de Julho

19h30 - Legitimidade, competência e Procedimentos e Processo Administrativo - Carlos Rafael de Carvalho – Diretor Executivo do Procon de Cuiabá/MT.

20h45 - Comercio Eletrônico e o Direito do Consumidor - Carolina Galvão - Professora e Advogada Pós-Graduada em Relações de Consumo.

20 de agosto

19h15 - Legitimidade, competência e Procedimentos e Processo Administrativo - Gisela Simona Viana de Souza - Superintendente do Procon de Mato Grosso.

20h30 - A importância dos Juizados Especiais na Defesa dos Direitos dos Consumidores/Dano Moral - Giorgio Aguiar da Silva – Presidente da Comissão dos Juizados Especiais da OAB/MT.

21h15 - Projetos de Leis e Leis existentes na ALMT voltadas à defesa das prerrogativas e direitos dos Consumidores - Deputado estadual Emanuel Pinheiro.

11 de Setembro

09h30 – Legitimidade, competência e Procedimentos e Processo Administrativo – ANS

10h30 - A importância dos Danos Morais para o restabelecimento do equilíbrio nas relações de consumo - Silvio Soares - Professor Especialista em Direito do Consumidor e Advogado.

14h - A condição de validade da cláusula de reajuste por faixa etária nos contratos de planos de saúde - Rodrigo Palomares de Mendonça – Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor OAB/MT.

15h - Superendividamento do Consumidor – Fragilidades e ultra vulnerabilidade - Antônio Carlos Tavares de Mello – IBEDEC/MT

16h30 - Danos morais nas relações de consumo - Dr. Ivan de Oliveira Silva - Advogado. Doutor e Mestre em Direito. Autor do livro “Relação de Consumo Religiosa: a vulnerabilidade do fiel-consumidor e a sua tutela por meio do Código de Defesa do Consumidor”, pela Editora Atlas.



Comissão de Segurança Pública debate redução da maioria penal

O presidente da Comissão de Segurança Pública da OABMT, Almerindo Costa, representou a instituição no debate público promovido na Assembleia Legislativa sobre maioria penal, organizado pelo presidente da Comissão de Segurança Pública da ALMT, deputado estadual Pery Taborelli. “É mais viável a manutenção da legislação em vigor (Código Penal e Estatuto da Criança e Adolescente), pois não é a cadeia que vai fazer com que esses jovens sejam pessoas melhores. Precisamos é de mais atenção dos governos federal e estadual no sentido de investirem mais nos centros socioeducativos, proporcionando a essas pessoas condições de vida mais adequadas para que não cometam mais delitos”.



O delegado Bruno Lima Barcellos manifestou oposição. “Não faz sentido jogar jovens que hoje cumprem medidas socioeducativas com restrição de liberdade nos presídios convencionais, controlados por organizações criminosas. Ao sair desse sistema, teríamos jovens ainda mais violentos”. Para alguns estudantes do curso de direito, a aprovação da maioria penal para 16 anos é a modificação necessária para reduzir

as taxas de criminalidade. Mas, para outros, encaminhar menores para prisões de adultos geraria jovens ainda mais violentos.

Um levantamento feito pela Unicef aponta que dos 21 milhões de brasileiros entre 12 e 18 anos incompletos, apenas 0,013% cometeram crimes contra a vida. Mas, a cada uma hora, um adolescente é assassinado. Em 2005, foi realizada

uma projeção de que 35 mil adolescentes seriam assassinados entre 2006 e 2012. E o tempo mostrou que o diagnóstico estava bem próximo da realidade, 33,6 mil pessoas dessa faixa etária morreram no período. Se as condições permanecerem como estão, 42 mil jovens serão mortos de 2013 a 2019 antes de completar a idade adulta. (Com informações da ALMT)



Comissão de Direito Carcerário leva propostas para audiências de custódia

O presidente da Comissão de Direito Carcerário da OABMT, Waldir Caldas, apresentou propostas para o projeto de audiência de custódia que será implantado em Mato Grosso em reunião com a Corregedoria-Geral da Justiça. Um dos pontos fundamentais foi a inclusão de papiloscopistas nas audiências para

garantir a identificação dos documentos do acusado. “Muitos acusados têm seus documentos apreendidos e extraviados ao saírem do sistema prisional. Nas audiências a presença do profissional é de extrema relevância e garantirá a identificação correta do cidadão que, por vezes, apresenta documentos falsos ou fica sem eles”.

A reunião foi conduzida pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Erotides Kneip, e contou com a presença de juizes auxiliares e do secretário de Justiça e Direitos Humanos, Márcio Dorileo. A audiência de custódia viabiliza a apresentação dos presos a um juiz num prazo máximo de 24 horas, para que o magistrado avalie a real necessidade da prisão ou aplique uma medida alternativa ao cárcere.

Waldir Caldas afirmou que “o que se espera é uma significativa redução na quantidade de presos provisórios. É imperativo destacar que são rigorosos os critérios para se deferir ao acusado preso a utilização de medidas cautelares diversas da prisão preventiva e o artigo 282 do

Código de Processo Penal estabelece essas normas. É imprescindível o contraditório com a manifestação do Ministério Público”. O advogado contactou a diretoria da ESAMT para realizar qualificação para advogados e advogadas que atuam na área criminal para exercerem suas atividades nas audiências de custódia em parceria com a Comissão de Direito Penal e Processo Penal.

Trabalhos - Os participantes concluíram os trabalhos da fase inicial e partiram para a prática com a redação definitiva da resolução com procedimentos e normativas para implantação da audiência de custódia. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança, no fim de 2013 faltavam 220 mil vagas no

sistema prisional brasileiro. A média nacional é de 1,7 detentos por vaga. O estudo mostra ainda que 40,1% dos detentos do país são presos provisórios, que aguardam julgamento, e que em Mato Grosso esse índice é ainda maior, chegando a 51,3%.

Implantação - A audiência de custódia será im-

plantada até o fim de julho. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, e o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional da Justiça, Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi devem vir a Cuiabá para acompanhar essa implantação. (Com informações e fotos da Corregedoria-Geral da Justiça)



Cursos Telepresenciais

em parceria com a AASP

NEGOCIAÇÃO E TREINAMENTO PARA ADVOGADOS: COMO MAXIMIZAR RESULTADOS E DEFINIR ESTRATÉGIAS PARA AUDIÊNCIAS

Coordenação
Dr. Eduardo Lemos Barbosa

Exposição
Dr. Ricardo Munarski Jobim
Advogado militante. Diretor técnico da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria-RS (Cacism). Professor do curso de extensão universitária da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) em Prática da Advocacia/Negociações e do curso Negociação com ênfase no mercado da publicidade e propaganda, do Centro Universitário Franciscano (Unifra).

Programa
Data
27/7 – segunda-feira

A palestra abordará os seguintes assuntos:
- Conceito: negociar pode ser aprendido? Paradigma brasileiro.
- O que significa um bom negócio – estimativa dos riscos.
- Questão cultural: o brasileiro sabe negociar?
- Por que a defensividade nos prejudica mais do que ajuda?
- Na advocacia: clientes. Qual o diferencial competitivo? Como mensurar preço e valor? Controle da imagem. Ancoragem (quanto cobrar?). Utilidade dos exercícios de vídeo.
- Colegas de escritório.
- Como conduzir o negócio em relação ao advogado da parte contrária.
- Como se comunicar e definir estratégias negociais em audiências e Tribunais do Júri – estudo do universo externo.

Horário
18h

Carga horária
2 horas-aula

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Vagas limitadas

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA NO NOVO CPC

Coordenação
Dr. Carlos Augusto de Assis
Dr. Daniel Penteado de Castro

Horário
18h

Carga horária
5 horas-aula

Programa
20/7 – segunda-feira
18 h - Tutela provisória: aspectos gerais.

Dr. João Batista Lopes

18h40 – Tutela antecipada e tutela cautelar requeridas em caráter antecedente.

Dr. Leonardo Ferres da Silva Ribeiro

19h20 – Tutela antecipada em grau recursal.

Dr. Stella Economides Maciel

22/7 – quarta-feira
18 h - Estabilização da antecipação de tutela.

Dr. Carlos Augusto de Assis

18h40 – Tutela da evidência.

Dr. Daniel Penteado de Castro

19h20 – Responsabilidade pela fruição da tutela provisória.

Dr. João Paulo Hecker

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Vagas limitadas

DEMANDAS REPETITIVAS NO NOVO CPC

Coordenação
Dra. Fernanda M. Q. Farina

Data
24/07 – sexta-feira

Programa
24/7 – sexta-feira
8 h – Cenário de repetitividade no Judiciário e soluções do novo CPC
Dra. Cristiane Durve

Horário
8h

Carga horária
5 horas-aula

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Vagas limitadas

9h – Incidente de resolução de demandas repetitivas – procedimento e recursos.
Dr. Luiz Antonio Ferrari Neto

10h – Partes e terceiros no IRDR.
Dr. Sérgio Luiz de Almeida Ribeiro

11h – Efeitos vinculantes e suspensivos dos repetitivos.
Dra. Fernanda M. Q. Farina

12 h – Consequências dos repetitivos no processo e no dia a dia do advogado.
Dr. André Almeida Garcia

SEXTA DA FAMILIA: A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA

Coordenação
Dr. Eduardo Lemos Barbosa

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Exposição
Dr. Flavio Tartuce

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Data
31/07 – sexta-feira

Horário
8h30

Carga horária
2 horas-aula

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Vagas limitadas

RESPONSABILIDADE CIVIL: ATUALIDADES

Exposição
Dr. Eduardo Lemos Barbosa

Carga horária
2 horas-aula

Programa
Responsabilidade civil em acidentes.
- Aéreo.
- Marítimo.
- Rodoviário.

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Direito do Trabalho.
- Acidente de trabalho.

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Indenização à imagem.
- A honra.
- A personalidade.

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Perda de uma chance.

Data
30/07 – quinta-feira

Horário
9h

Vagas limitadas

O NOVO CPC E O DIREITO CIVIL: DIÁLOGOS E REPERCUSSÕES

Coordenação
Dr. Flávio Tartuce

Horário
18 h

Programa
14/7 – terça-feira
As cinco principais alterações do novo CPC e suas repercussões para o direito material.
Dra. Fernanda Tartuce

Carga Horária
12 horas-aula

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Vagas limitadas

16/7 – quinta-feira
Prescrição e decadência. Impactos do novo CPC.
Dr. Gabriele Tusa

21/7 – terça-feira
Usucapião no novo CPC. A usucapião administrativa ou extrajudicial.
Dr. Leonardo Brandelli

23/7 – quinta-feira
Alterações do novo CPC em matéria de inventário e partilha.
Dr. Marcelo Truzzi Otero

28/7 – terça-feira
Alimentos no novo CPC.
Dr. João Ricardo Brandão Aguirre

30/7 – quinta-feira
Repercussões do novo CPC para o Direito Contratual. **Dr. Flávio Tartuce**

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC

Coordenação
Dr. Eduardo Lemos Barbosa

Inscrições
no site da OAB/MT – link ESA – área do aluno
R\$ 20,00
R\$ 50,00 – pacote para todos os cursos do mês.

Exposição
Dr. Arodi de Lima Gomes
Advogado militante. Presidente da Comissão Especial da Advocacia Pública da OAB-RS.

Informações
(65) 3613-0956/0957 / 9962-7349
escolasuperiordeadvocacia@oabmt.org.br

Data
29/07 – quarta-feira

Horário
8h30

Carga horária
2 horas-aula

Local de transmissão
Seccional de Cuiabá
2º Avenida Transversal do CPA, 0 Palacio
Paiaguás
Cuiabá/ MT

Vagas limitadas

DIRETORIA

Seminário sobre 10 anos da lei de Falência reúne renomados juristas

O Seminário sobre os “10 anos da Lei de Falência e Recuperação de Empresas” reuniu renomados doutrinadores da área na OABMT que levantaram debates atuais como “A recuperação judicial da sociedade de economia mista seria possível? Análise do caso Petrobrás”, com o doutor e mestre em Direito Comercial pela PUC/SP, Écio Perin Junior.

O presidente da ESA-MT, Bruno Castro, agradeceu a disponibilidade dos palestrantes em prestigiar o evento lembrando que são doutrinadores de grande destaque na área do Direito Empresarial. Aproveitou para convidar o juiz Daniel Carnio para o curso sobre o novo Código de Processo Civil em data a ser definida. “Vamos fazer um curso presencial e vamos gravar DVDs com as mudanças do novo CPC em parceria com a ESARJ,

que beneficiará todos os advogados e advogadas”.

O doutor e mestre em Direito Comercial pela PUC/SP, Écio Perin Junior, traçou em sua palestra um paralelo acerca do caso da Petrobrás com outro caso no Direito Italiano. Debateu, assim, se haveria possibilidade da recuperação judicial da sociedade de economia mista. O juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, Daniel Carnio Cos-

ta, por sua vez, abordou o tema “Novas teorias sobre processos de insolvência – superação do dualismo pendular, divisão equilibrada de ônus e gestão democrática”. Também foram temas de palestras a “Cultura falimentar e o fracasso processual da Lei 11.101/2005”, com o doutor Gladston Mamede; e “A lei de recuperação de empresas e os produtores rurais”, com o doutor Francisco Satiro.



Homenagem à Rosarinha Bastos marca solenidade



O Dia de Formação, que consiste na entrega de certidões profissionais para novos advogados e estagiários, foi marcado pela homenagem à advogada Rosarinha Bastos, que foi presidente da Comissão de Infância e Juventude da Ordem, e faleceu em abril deste ano, vítima de câncer. De acordo com o presidente da OABMT, Maurício Aude, a Seccional resolveu prestar a homenagem “pela brilhante postura que a advogada Rosarinha Bastos teve frente à Comissão de Infância e Juventude, uma pessoa que sempre trabalhou com muita paixão e obteve significativos resultados em prol de crianças e adolescentes de todo o Estado”.



A homenagem foi proposta formalmente pela presidente da Comissão de Direitos Humanos, Betsey Polistchuk de Miranda. Ela registrou algumas das ações de Rosarinha Bastos, enfatizando “que a advogada atuou em estradas, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, barrou caminhoneiros, falou de prostituição

infantil, caminhou por inúmeras cidades de Mato Grosso ministrando palestras sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, visitou escolas rurais, participou e incentivou crianças e adolescentes a participarem de concursos de redação”, dentre muitas outras atuações.

“Também participei com ela de muitos trabalhos e vimos sua atuação na CPI da Pedofilia, por meio do senador Magno Malta, e sua representação na OABMT junto à Comissão de Infância e Juventude. Minha amada amiga, é difícil para todos nós, seus amigos e família, tentar juntar os pedaços do coração. Como todo ser universal, você era uma pessoa única, cujo riso ecoará para sempre. Esse riso que era nosso hoje ecoa em outro espaço, com outros companheiros iluminados, atuando na proteção daquilo que mais amou em vida: crianças e adolescentes. Repetindo as suas palavras: Inté mais vê”, finalizou Betsey Miranda.

O filho da advogada, Ale Arfux Junior, agradeceu a homenagem e

contou apenas um fato que ocorreu antes do falecimento de sua mãe. “Nunca atuei na área de família e pouco antes dela morrer participei de uma audiência em que o cliente dela, por coincidência, é amigo meu, o qual me ligou para que o acompanhasse. Fui com ele na audiência e quando começou, o promotor perguntou sobre o caso e expliquei do que se tratava, enfatizando que ele era cliente da minha mãe, quando pude perceber o quão ela era respeitada”.

O advogado acrescentou que esse respeito adquirido ao longo dos anos serve como exemplo para os novos advogados e estagiários. “Militem com lealdade que serão respeitados. Exijam seus direitos, suas prerrogativas. Denunciem quem tiver que ser denunciado pela prática de abusos contra vocês. Na advocacia, os frutos demoram a aparecer, mas quando começam é muito bom. Especializem-se, atuem na área que mais se identifiquem que tudo se torna mais fácil”.

OABMT ouve reivindicação de oficiais da Justiça Federal

O presidente da OABMT, Maurício Aude, recebeu os diretores do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Estado de Mato Grosso (Sindijufe) Pedro Aparecido de Souza e Marcelo Lincoln Evangelista, que solicitaram o apoio da Ordem para que consigam reajuste salarial e atualizem o valor da indenização de transporte para os oficiais de justiça. De acordo com eles, o salário está defasado desde 2007 e a indenização está desatualizada há 10 anos. Eles ficaram de enviar à Ordem um estudo contendo os valores que deveriam ser praticados na atualidade.

Maurício Aude registrou que a Seccional apoia a reivindicação do Sindicato e é favorável a melhores condições de trabalho. “É direito de todo trabalhador ter recomposição salarial. Todos devem ser valorizados e podem contar com a OABMT. O que não apoiamos é a greve. Temos um histórico de apoio aos servidores estaduais e federais e aguardamos o envio do estudo para que possamos encaminhá-lo ao Conselho Federal da OAB para que endosse o pleito e adote as providências necessárias para contribuir com a classe”.

Pedro Souza e Marcelo Evangelista enfatizaram que “hoje recebemos uma indenização de R\$ 1,3 mil, sendo que teríamos que receber R\$ 2,5 mil. Estamos praticamente pagando para trabalhar. Vamos tentar conseguir o reajuste e, caso não consigamos, os tribunais terão que disponibilizar carros, assim como já ocorre com a Prefeitura de Cuiabá e Secretaria de Fazenda, por exemplo”.



Honorários de sucumbência a quem deixou a causa

Todos os advogados que atuarem numa mesma causa, de forma sucessiva e não concomitante, têm direito à parcela do crédito referente aos honorários sucumbenciais. O entendimento foi firmado pela 4ª turma do STJ em julgamento de recurso especial relatado pelo ministro Luis Felipe Salomão. Os recorrentes pugnaram que a verba honorária sucumbencial fosse conferida exclusivamente aos advogados que patrocinavam os interesses da parte na prolação da sentença. O TJ/BA determinou a divisão proporcional dos honorários sucumbenciais entre os três advogados que atuaram na causa, tomando como base “o tempo

de prestação do serviço, a diligência e o cuidado na proteção dos interesses dos autores”.

Em seu voto, ressaltou que por muitos anos a natureza alimentar dos honorários foi atribuída somente aos honorários contratados, mas que o STF modificou tal interpretação, conforme a Súmula Vinculante 47, que reconhece a natureza alimentar dos honorários e sua autonomia, sem distinção entre honorários contratados e sucumbenciais. “A constatação e reafirmação da natureza alimentar da verba honorária e, mais especificamente, dos honorários sucumbenciais têm como pressuposto a prestação do serviço técnico e espe-

cializado pelo profissional da advocacia, que se mostra como fundamento para seu recebimento.” Reiterou que os honorários são a remuneração do serviço prestado por aquele que regularmente atuou no processo e deve ser atribuída a todos aqueles que em algum momento desempenharam seu ofício. Processo relacionado: REsp 1.222.194 (Fonte: Migalhas)

Acesso a investigações - A CCJ da Câmara aprovou o PL 6.705/13, que garante aos advogados o acesso aos documentos de uma investigação, sejam físicos ou digitais, mesmo que esteja em curso. Essa regra já vale para as delegacias, segundo a Lei

8.906/94, mas não abrange o acesso a outras instituições, como o MP, que realiza procedimentos similares. A proposta do deputado Arnaldo de Sá, detalha o acesso de advogados em casos sigilosos, quando será necessária procuração do cliente investigado.

Caso o órgão forneça dados incompletos ou retire parte do processo, o agente poderá ser punido por abuso de autoridade. Mas o acesso pode ser negado quando a autoridade entender que pode atrapalhar a eficiência da investigação. O relator, deputado Evandro Gussi, ressaltou que mesmo processos administrativos devem ser alcançados. Como tramita em caráter conclusivo, a proposta é

considerada aprovada pela Câmara e deve seguir para o Senado, caso não haja recurso aprovado para que sua tramitação continue pelo Plenário. (Fonte: Migalhas)

Indenização por litigância de má-fé - O STJ acabou com a controvérsia relativa ao pagamento de indenização decorrente da litigância de má-fé, prevista no artigo 18, caput e parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Em julgamento de embargos de divergência, também relatados pelo ministro Luis Felipe Salomão, o colegiado concluiu que essa indenização não exige verificação de prejuízo efetivamente causado pela parte com a conduta lesiva praticada no âmbito do processo. Ao analisar a

evolução legislativa desde o CPC de 1939 até o novo código (Lei 13.105/15), destacou que, para a fixação da indenização, a lei só exige que haja um prejuízo potencial ou presumido. “O preenchimento das condutas descritas no artigo 17 do CPC, que define os contornos fáticos da litigância de má-fé, é causa suficiente para a configuração do prejuízo à parte contrária e ao andamento processual do feito”, consignou em seu voto, ressaltando que a exigência de comprovação do prejuízo praticamente impossibilitaria a aplicação da norma e comprometeria sua eficácia, por se tratar de prova extremamente difícil de ser produzida. (REsp 1.133.262)



Temas instigantes são debatidos em Congresso Nacional de Meio Ambiente

O debate de temas atuais e instigantes na área de Direito Ambiental reuniu mais de 300 participantes de Cuiabá e do interior do Estado no "11º Congresso Nacional de Meio Ambiente da OABMT". Estavam presentes representantes da Seccional, advogados, advogadas, profissionais de outras áreas como engenharia florestal, economia, estagiários e acadêmicos, além de uma turma de 25 alunos de Direito da Faculdade Rainha da Paz, de Araputanga. O tema "Desafios ambientais do século XXI – água, solo e energia. O direito ambiental aplicável sobre áreas urbanas, recursos hídricos e uso alternativo do solo" foi criteriosamente escolhido pelos membros da Comissão de Meio Ambiente, organizadora do evento.

O presidente da CMA,

Luiz Alfeu Ramos, agradeceu a todos. "Esse congresso não seria possível se não fosse o apoio da Ordem. A diretoria da OABMT está sempre pronta para nos defender nos conselhos e presente em embates calorosos com os órgãos. Registro aqui nosso agradecimento". A vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino, considerou o tema mais que apropriado já que a sociedade não se sustenta sem água potável, solo fértil e sem energia. "A OAB, quando discute esses assuntos, cumpre seu papel institucional de contribuir para a construção do conhecimento".

O primeiro palestrante, Werner Grau Neto, elogiou a iniciativa em trazer debates conceituais lembrando que sempre defendeu essa prática dentro da Ordem. Ele é advogado, doutor em Direito Tribu-

tário Ambiental, mestre em Direito Internacional Ambiental e abordou acerca da "A incompatibilidade entre o conceito de sustentabilidade, as relações internacionais e a segurança jurídica". Daniela Libório Di Sarno, advogada e pós-doutora pela Universidad de Sevilla (Espanha), mestre e doutora em Direito Urbanístico Ambiental abordou "Responsabilidade por danos ambientais em áreas urbanas".

O analista ambiental na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e engenheiro sanitário, Luiz Henrique Noquelli, falou sobre "Enquadramento das águas como instrumento de gestão da política de recursos hídricos em consonância com a política ambiental". A advogada e doutora em Ciências Jurídicas e Sociais

junto à Universidad Del Museo Social Argentino, Alessandra Panizi Souza, sobre "O conflito internacional do uso da água". No último dia os temas foram "A perspectiva sobre as cotas de reserva ambiental", com Rodrigo Justus de Brito (advogado e engenheiro agrônomo); e "A perspectiva sobre o programa de regularização ambiental e funcionamento do Sicar em Mato Grosso", com Ana Luiza Ávila Peterlini (promotora de justiça de Defesa do Meio Ambiente de Cuiabá).



STJ aprova cinco novas súmulas e cancela a 470

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça aprovou mais cinco súmulas com teses já firmadas em julgamento de recursos repetitivos. Também foi cancelada a Súmula 470, após o julgamento do REsp 858.056. O texto estabelecia que o Ministério Público não tinha legitimidade para ajuizar ação coletiva em defesa de direitos individuais homogêneos no caso do seguro obrigatório, o DPVAT. Confira os enunciados:

Súmula 537 - "Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor,

pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurador, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice" (REsp 925.130).

Súmula 538 - "As administradoras de consórcio têm liberdade para estabelecer a respectiva taxa de administração, ainda que fixada em percentual superior a dez por cento" (REsp 1.114.604 e REsp 1.114.606).

Súmula 539 - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de

31/3/2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que expressamente pactuada" (REsp 1.112.879, REsp 1.112.880 e REsp 973.827).

Súmula 540 - "Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu" (REsp 1.357.813).

Súmula 541 - "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp 973.827 e REsp 1.251.331).

Suspensão certame para procurador jurídico em Sorriso

A Procuradoria Jurídica da OABMT conseguiu suspender o certame em relação ao provimento de cargo de procurador jurídico da Câmara Municipal de Sorriso em face da ausência de acompanhamento por representante da instituição. A decisão é da desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, que acolheu o recurso de agravo de instrumento interposto pela Seccional após ter indeferido pedido de liminar em mandado de segurança.

A Ordem sustentou que o cargo é conside-

rado como advocacia pública, nos moldes do artigo 9º do Regulamento Geral do Estatuto da OAB e artigos 1º e 2º do Provimento nº 114/2006, sendo necessário o acompanhamento da OAB em todas as fases do certame, nos moldes do artigo 58, inciso X, da Lei nº 8.906/94, e artigo 132 da Constituição Federal.

Na avaliação da desembargadora, a comissão criada pela Portaria nº 19/2015, encarregada da realização do concurso público nº 001/2015, não consta a participação da OAB. "Como se sabe, a participação de

membro da Ordem dos Advogados do Brasil objetiva auxiliar na seleção de profissionais que lhes são vinculados como entidade de classe. Além do que, a participação tem caráter de fiscalizar o ingresso de especialistas que, em última análise, serão os defensores do município junto aos órgãos públicos". A magistrada ressaltou que "no caso, a própria Câmara Municipal, ao criar o concurso público, colocou como exigência para o cargo de procurador jurídico, a do candidato ter curso superior em Direito e ser inscrito na Ordem.

OAB pede reconsideração de suspensão de peticionamento eletrônico no TRF1

O presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, requereu ao presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), desembargador Cândido Ribeiro, que reconsidere o veto ao peticionamento eletrônico naquele tribunal. Uma portaria do TRF-1 havia proibido o recebimento de petições eletrônicas em processos físicos a partir de 15 de junho, porém, o prazo foi prorrogado para o dia 19. “Nossa reivindicação envolve todos os colegas, mas principalmente aqueles que militam nos rincões mais distantes dos grandes centros. O peticionamento eletrônico evitaria o deslocamento até a subseccional ou ao próprio Tribunal, em Brasília, para dar entrada em uma ação. Isso encarece o trabalho do advogado e dificulta o exercício da profissão”.

A Resolução Presi 20 suspende o peticionamento eletrônico, via sistema de transmissão eletrônica de atos processuais da 1ª Região (e-Proc), em processos que tramitam em autos físicos no tribunal, seções e subseções

judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região. A determinação levou em consideração a sobrecarga de trabalho, o processo de materialização de petições e anexos eletrônicos a serem juntados a autos físicos, que poderia comprometer a celeridade de processamento e julgamento dos feitos, o incremento de despesas com material (papel e toner) e manutenção de equipamentos com a impressão de petições e anexos protocolados eletronicamente direcionados a autos físicos.

Além disso, o TRF1 argumenta que a materialização de documentos eletrônicos inibe a adoção de procedimentos ambientalmente corretos (redução de impressões e consumo de energia elétrica), comprometendo o posicionamento da Justiça Federal da 1ª Região conforme determinado pelo Conselho Nacional da Justiça. E alega que o peticionamento eletrônico em relação aos processos físicos também causa prejuízos aos jurisdicionados, em face ao acúmulo de petições para digitalização, que reduz a celeridade dos feitos.



Quinto constitucional deve ser implantado em Juizados

O presidente da Comissão de Juizados Especiais da OABMT, Giorgio Aguiar, falará sobre a PEC 389/2014, que trata da inclusão de advogados na composição das Turmas Recursais, durante a 2ª Conferência Serrana de Direito entre 6 e 7 de agosto na Universidade do Planalto Catarinense. O convite foi da OAB/Lages que pediu um parecer acerca da criação do quinto constitucional no âmbito dos Juizados Especiais. Giorgio Aguiar elogiou a iniciativa do presidente da OAB/Lages, Marcelo Menegotto, de mobilizar a classe não apenas de seu estado, mas de outras Seccionais

em busca de apoio para a aprovação da norma.

Em seu parecer, assinado pelo presidente e a vice-presidente da OABMT, Mauricio Aude e Cláudia Aquino de Oliveira, respectivamente, assim como pelo presidente da Cojesp e seu vice, Carlos Eduardo Melo Rosa, ressalta que o assento de um quinto dos lugares dos Tribunais para a advocacia e Ministério Público “tem por escopo dar às decisões judiciais o acesso a uma visão social, já que em regra é o advogado e a advogada que tem o contato direto com o jurisdicionado, portanto, possui uma visão essencialmente humanística quanto aos

efeitos práticos das decisões judiciais”.

Apesar da Constituição Federal não inserir o quinto constitucional ao criar os Juizados Especiais, Giorgio Aguiar defendeu que a prestação jurisdicional nessas unidades tornou-se abarrotada e se distanciou de seus objetivos que eram a celeridade, efetividade e informalidade. “Em Mato Grosso, por exemplo, instituiu-se a Turma Recursal Única, na qual os magistrados que estão oficiando perante esta turma de recursos, deixaram temporariamente seus ofícios titulares dos juizados de primeiro grau e estão oficiando

tão somente perante a Turma Recursal Única. (...) Diante de tais argumentos, demonstra-se que a PEC 389/2014 tão somente veio para modernizar a Constituição Federal ao que existe na prática perante os Juizados Especiais, um verdadeiro tribunal”.

Assim, a Diretoria da OABMT e a Comissão de Juizados Especiais opinam favoravelmente pela aprovação da proposta e se comprometem em encaminhar o parecer a todos os parlamentares eleitos pelo Estado, Seccionais, Ministério Público Estadual, à Subseção de Lages (SC) e à deputada federal Carmen Zanotto, autora da PEC.

Codel divulga cronograma de treinamento do PJe da justiça estadual

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, informa a todos os advogados e advogadas que terá início a execução do cronograma de treinamento gratuito do Processo Judicial Eletrônico (PJe) da justiça estadual. O treinamento é promovido pelo TJMT em parceria com a OABMT, por meio da Comissão de Direito Eletrônico. Em junho os cursos foram em Poconé, Cáceres, Mirassol D'Oeste e Pontes e Lacerca. Confira abaixo as datas e horários a partir de julho:

Local	Data	Horário	Local	Data	Horário
Comodoro	1º de julho	14h às 18h	Canarana	26 de agosto	9h às 13h
Cuiabá	06 de julho	8h às 12h	Cuiabá	31 de agosto	8h às 12h
Cuiabá	06 de julho	14h às 18h	Cuiabá	31 de agosto	14h às 18h
Diamantino	13 de julho	14h às 18h	Campo Verde	08 de setembro	14h às 18h
Tangará da Serra	14 de julho	9h às 13h	Primavera do Leste	09 de setembro	9h às 13h
Campo Novo do Parecis	14 de julho	18h às 21h30	Paranatinga	09 de setembro	18h às 21h30
Cuiabá	20 de julho	8h às 12h	Rondonópolis	10 de setembro	15h às 19h
Cuiabá	20 de julho	14h às 18h	Cuiabá	14 de setembro	8h às 12h
Várzea Grande	21 de julho	8h às 12h	Cuiabá	14 de setembro	14h às 18h
Nova Mutum	27 de julho	13h às 17h	Sinop	21 de setembro	18h às 21h30
Lucas do Rio Verde	27 de julho	19h às 22h	Colíder	22 de setembro	9h às 13h
Sorriso	28 de julho	9h às 13h	Alta Floresta	22 de setembro	18h às 21h30
Sinop	28 de julho	15h às 19h	Peixoto de Azevedo	23 de setembro	15h às 19h
Cuiabá	03 de agosto	8h às 12h	Cuiabá	28 de setembro	8h às 12h
Cuiabá	03 de agosto	14h às 18h	Cuiabá	28 de setembro	14h às 18h
Várzea Grande	04 de agosto	8h às 12h	Juara	05 de outubro	15h às 19h
Jaciara	10 de agosto	9h às 13h	Juína	06 de outubro	9h às 13h
Rondonópolis	10 de agosto	18h às 21h30	Cuiabá	13 de outubro	8h às 12h
Alta Araguaia	11 de agosto	9h às 13h	Cuiabá	13 de outubro	14h às 18h
Cuiabá	17 de agosto	8h às 12h	Vila Rica	19 de outubro	15h às 19h
Cuiabá	17 de agosto	14h às 18h	Cuiabá	26 de outubro	8h às 12h
Barra do Garças	24 de agosto	18h às 21h30	Cuiabá	26 de outubro	14h às 18h
Nova Xavantina	25 de agosto	9h às 13h	Cuiabá	10 de novembro	8h às 12h
Água Boa	25 de agosto	18h às 21h30	Cuiabá	10 de novembro	14h às 18h
			Cuiabá	24 de novembro	8h às 12h
			Cuiabá	24 de novembro	14h às 18h

CIJ alerta para realidade do trabalho infantil

A presidente da Comissão da Infância e Juventude da OABMT, Tatiane Magalhães, participou da audiência pública sobre trabalho infantil na Assembleia Legislativa e defendeu que, apesar do Brasil considerar ilegal a prática dos cinco aos 13 anos, a realidade continua sendo outra. “Milhares de crianças deixam de ir à escola e ter seus direitos preservados, trabalhando desde a mais tenra idade na lavoura, campo, fábrica ou casas de família, em regime de exploração, já que muitos deles não chegam a receber salário”, observou.

Para a advogada é necessário mudar essa história, já que está comprovado que ao abandonarem as escolas, ou terem que dividir o tempo entre estudo e trabalho, o rendimento escolar dessas crianças diminui, “e serão sérias candidatas ao abandono escolar e ao despreparo para o mercado de trabalho, tendo que aceitar subempregos e assim continuar alimentando o ciclo de pobreza no Brasil”.

Atualmente no Brasil são cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos que trabalham, sendo que, deste total 1,2 milhão estão na faixa entre cinco e 13 anos. Tatiane Magalhães alerta que o trabalho infantil no Brasil é proibido até que se complete 16 anos, “com exceção dos menores aprendizes que é a partir

de 14 anos, sendo que, aprendiz é o empregado com um contrato de trabalho especial e com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Parte de seu tempo é dedicada a um curso de aprendizagem profissional e outra é dedicada a aprender e praticar no local de trabalho aquilo que foi ensinado nesse curso”.

Na audiência pública, o assessor técnico da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Luciano Jóia, apresentou dados referentes a Mato Grosso. Em 2004, 13% da população na faixa etária de cinco a 14 anos eram exploradas ilegalmente. Este percentual chegou a quase nulo em 2012, porém, voltou a crescer nos últimos três anos. Alertou que a situação pode se agra-



var nos próximos 10 anos devido a fatores econômicos e outros, como o crescimento da população jovem. “Há, atualmente, um problema em que, ao mesmo tempo que ainda é possível diagnosticar crianças e adolescentes sendo explorados, existe um alto índice de desemprego entre

os jovens de 18 a 24 anos. Isto é um problema social e pertence a raiz econômica do estado, indo muito além da questão cultural”, analisou. (Com informações da ALMT)

A presidente da CIJ reafirmou que é necessário o cumprimento da Constituição Federal, em seu artigo

227 e do Estatuto da Criança e do Adolescente que garantem os direitos da criança e a proteção integral e do adolescente, inclusive limitam as condições para o menor aprendiz poderem trabalhar, como a proibição de trabalho noturno, insalubre, penoso, entre outros.

OAB Paranatinga reivindica nomeação de escrivães e investigador



Os presidentes da OABMT e da Subseção de Paranatinga, Maurício Aude e Evandro Silva Salvador, respectivamente, estiveram reunidos com o secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, Mauro Zaque, e reivindicaram a nomeação de escrivães e investigadores de polícia para o município. O encontro ocorreu na sede da Ordem e contou com a presença do presidente do Conselho de Segurança daquela cidade, Wellington Miranda.

Segundo Evandro Salvador, a “finalidade é garantir mais segurança para a população. A situação do nosso Estado está caótica, muita violência. Em Paranatinga há muitas brigas, muitos processos relacionados à Lei Maria da Penha. Para se ter uma ideia, havia 670 inquéritos com o Estado nomeie

os candidatos constantes do cadastro de reserva”. O secretário, Mauro Zaque, noticiou que o governador do Estado nomeará esses candidatos imediatamente. “Isso é uma questão de honra para o governador”, acrescentando que “serão 600 policiais militares, 450 policiais civis e 300 bombeiros, os quais serão distribuídos em todo o Estado”.

A notícia foi bem recebida pelos representantes da Ordem. “A sociedade precisa de mais segurança e estamos contribuindo para que isso aconteça o mais rápido possível”, resumiram Maurício Aude e Evandro Salvador.



Advogadas defendem mediação como prática mais eficaz

As integrantes da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OABMT, Débora Pinho e Michelle Donegá, divulgaram as práticas que poderão desafogar o Judiciário como a mediação, considerada a ferramenta mais eficiente e eficaz na resolução de conflitos. Em reportagem publicada no Jornal A Gazeta, destacaram que em outros países, como os Estados Unidos, a mediação é uma prática bastante utilizada e defenderam uma mudança cultural no Brasil para que as partes não busquem o litígio, mas o acordo.

As advogadas destacaram a celeridade, princípio de confidencialidade e a pacificação das relações como vantagens da mediação, além do acordo em si. “Há uma quebra do clima de tensão que envolve a resolução de um conflito. Sem contar que tudo é

resolvido mais rápido do que na Justiça normal. Já teve caso que se resolveu em uma sessão”, lembra Débora Pinho.

O retorno para contestar o acordo ou o descumprimento é algo difícil de ocorrer quando a solução é encontrada via mediação, conforme Michelle Donegá. “Isso acontece porque o foco nesse caso são as pessoas e não o objeto da ação, como é chamado nos termos jurídicos”. O Senado Federal aprovou o projeto de lei que regulamenta a mediação e aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff. Com isso, qualquer conflito pode ser mediado, inclusive os que envolvam a administração pública. Porém, não foram contemplados os casos que tratam de filiação, adoção, poder familiar, invalidade de matrimônio, interdição, recuperação judicial ou falência e medidas cautelares.

Curtas

- Parceria com ESAMT e Cojad ofereceu “Workshop para Advogados” com a advogada e master coach, Gracielle Campos, que tratou de gestão da carreira e do tempo.
- Presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, é nomeado membro do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do TJMT.
- Presidente da Comissão de Direito Bancário e Securitário, Evandro Santos, informa que o Mutirão de Conciliação do Seguro DPVAT pela Seguradora Líder, será de 20 a 24 de julho, na Central de Conciliação e Mediação, no Fórum de Cuiabá.
- CNJ atende OAB e advogados que fazem sustentação oral só precisarão ir a Brasília quando seus procedimentos constarem na lista de prioridade das sessões.
- De 2 a 31 de julho, os prazos processuais serão suspensos no STJ, cujo expediente será das 13h às 18h, conforme Portaria 509 e art. 66, § 1º, da Lei Complementar 35/79.

Advogados ministram palestras em escolas de Várzea Grande e Guia



■ O vice-presidente da Comissão do Jovem Advogado, Mario Medeiros Neto, a tesoureira da Subseção de Várzea Grande, Ingrid Eickhoff, e o integrante da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/VG, Thiago Coelho, proferiram palestra na Escola Estadual Dante de Oliveira, em Várzea Grande, e na Escola Estadual Filogônio Côrrea, no Distrito Nossa Senhora da Guia (a 30 km de Cuiabá). O evento fez parte da etapa 2015 do Programa Poder Judiciário na Escola, sendo esta a primeira edição desde que o projeto virou programa permanente, em março, e passou a compor o “Justiça se Aprende na Escola”, em maio deste ano.

Além dos advogados, também ministraram palestra a juíza da Infância e Juventude de Várzea Grande, Renata Parreira, o juiz da 1ª Vara Especializada de Família e Sucessões de Várzea Grande, José Antonio Bezerra Filho, e os defensores públicos Ademilson Linhares e Tânia Matos.

Em outra data, representantes da OABVG estiveram na Escola Estadual Pedro Gardes. Foram palestrantes a membro da Comissão de Ensino Jurídico da OABVG, Solange Aparecida Gonçalves; a secretária geral da OABVG, Alexandra de Moura Nogueira; a defensora pública, Sandra Cristina Alves; e o juiz de direito, José



Antônio Bezerra Filho.

“Em linguagem acessível para os alunos do sexto ano do ensino fundamental, Solange e eu abordamos que advogada e o advogado são o elo entre o cidadão e o efetivo acesso à justiça. Explicamos que a advocacia pode ser exercida na esfera pública ou privada; pode-se atuar em vários ramos do Direito (família, trabalhista, penal, consumidor e outros). Temos deveres de agir com ética profissional, atuar com destemor, independência e lealdade”, defendeu Alexandra

Nogueira.

A advogada explicou acerca da necessidade da conclusão do curso de Direito e de aprovação no Exame de Ordem e inscrição na OAB para ser profissional da advocacia, porém, esclareceu que “a Ordem dos Advogados do Brasil não é apenas uma entidade que defende a classe, contudo as funções da OAB visam ao bem estar de toda a sociedade”. Por fim, abordaram a importância da conciliação para a solução de conflitos e noções de respeito ao próximo e cidadania.



CDM participa de evento por mais mulheres na Política

■ A presidente da Comissão de Direito da Mulher da OABMT, Juliana Nogueira, e as integrantes Alexandra Nogueira e Sueli Rondon participaram

do lançamento do evento “Mais Mulheres na Política”, na Assembleia Legislativa, em Cuiabá. A campanha é da bancada feminina do Congresso Nacional, por meio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Em Mato Grosso, conta com a parceria da Assembleia Legislativa e do gabinete do senador José Medeiros (PPS-MT). A Procuradora Especial da Mulher no Senado, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi uma das palestrantes.

Em seu pronunciamento, Juliana Nogueira afirmou que “lugar de mulher é na política e na OAB! A luta para a participação feminina nos espaços de poder e decisão não é só na política, mas em todos os segmentos sociais, inclusive no qual ela participa!”. A presidente da CDM rela-



tou sobre a realização da I Conferência Nacional da Mulher Advogada, em Maceió, e da aprovação das cotas de 30% de gênero para as chapas concorrentes às eleições da Ordem. Conforme a Procuradoria, as mulheres ainda ocupam apenas 13% das vagas nos parlamentos brasileiros. No Congresso, a bancada feminina é composta por 51 deputadas fed-

erais de 513 vagas na Câmara e 13 senadoras de um total de 81 cadeiras no Senado. Dos 28 partidos com representantes na Câmara, 11 não têm mulheres.

Propostas - O objetivo da campanha é garantir que, com a reforma política, cada gênero ocupe pelo menos 30% das cadeiras nos parlamentos. Neste sentido, há duas propostas de

emenda constitucional em tramitação no Senado. A campanha conta ainda com manifesto intitulado “Por uma reforma que garanta mais mulheres no Parlamento”, com cartazes e jingle produzido com letra e música de Paulo Marinho e interpretação da cantora Márcia Siqueira, ambos amazonenses. (Com informações da ALMT)

CDC comemora decisão que manteve meia entrada em jogo

■ O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OABMT, Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça, comemorou a decisão do Tribunal de Justiça em garantir meia entrada em todos os setores da Arena Pantanal, sem distinção, para o jogo entre Vasco e Flamengo, em Cuiabá. A notícia foi divulgada pelo Procon-MT, que recorreu em face de liminar concedida pelo juízo da 1ª

Vara Especializada de Fazenda Pública em favor dos organizadores do evento. A ação foi ajuizada pelo Procon Estadual, Procon de Cuiabá e Delegacia do Consumidor (Decon).

“O que deve prevalecer, a justiça social advinda da materialização do princípio da isonomia material oriunda da aplicação efetiva das leis que garantem os direitos sociais ou o interesse de poucos na obtenção de lucro com a supres-

são desses direitos, tolhendo enorme parcela da sociedade vulnerável em poder exercer seu direito constitucional ao lazer? Os valores sociais prevaleceram desta vez e, assim, deverão prevalecer sempre”, pontuou Rodrigo Palomares.

A decisão no TJMT foi proferida na tarde desta quinta-feira (25) pela juíza Vandymara Zanolo derrubando liminar concedida pela 2ª Vara Especializada da Fazenda Pú-

blica, que autorizou a empresa Roni7 Consultoria Esportiva a não ofertar meia entrada nos setores leste e oeste inferiores, considerada “área prime”.

A magistrada esclarece que a legislação que trata da meia entrada, seja ela nacional, estadual ou municipal, não faz nenhuma limitação à concessão do benefício às áreas especiais ou destinadas ao público em geral, não podendo a empresa promotora do evento fazer

essa distinção. Levou em conta que a reserva da totalidade dos setores leste e oeste inferiores - local onde está localizada a maior parte das vagas para cadeirantes na Arena Pantanal - para a “área prime” impedirá ou dificultará o acesso do público cadeirante, idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

“As leis que tratam da meia entrada foram criadas para garantir acesso aos eventos,

sejam eles esportivos, culturais ou de lazer. Por isso, a meia entrada deve ser disponibilizada para todo e qualquer setor. Se a lei não prevê limitação, a limitação não pode acontecer. Nem sequer é possível admitir que se utilize do oferecimento de serviços agregados para burlar o benefício”, esclarece a superintendente do Procon Estadual, Gisela Simona Viana. (Com informações do Procon-MT)

OABMT convida para Mutirão Fiscal Unificado em julho

O Mutirão Fiscal Unificado que será realizado entre os dias 13 a 24 de julho na Arena Pantanal em Cuiabá tem o apoio da Diretoria da OABMT que convida todos os advogados e advogadas do Estado a orientarem seus clientes acerca das conciliações que serão realizadas para quitar débitos tributários, multas e outras dívidas. O mutirão é realizado pelo Governo do Estado e o Poder Judiciário.

A juíza Adair Julieta da Silva, da Vara Especial de Execução Fiscal de Cuiabá, explicou que os devedores já foram intimados para comparecer no mutirão. Ao todo são 40 mil processos relativos a dívidas fiscais de empresas e cidadãos com o Governo do Estado e a Prefeitura de Cuiabá. Nos 12 dias de duração do mutirão, o contribuinte que tiver dívidas fiscais relativas a qualquer tributo estadual (ICMS, IPVA, ITCD) ou municipal (IPTU, ISS) poderá resolver todas as pendências, com vantagens financeiras exclusivas. “Faremos cerca de duas mil audiências por dia e precisamos do apoio da OAB-

MT para divulgar aos profissionais de todo o estado porque haverá condições especiais de pagamento à vista e parcelamentos”, ressaltou a magistrada.

Nos dias úteis (13 a 17/7), o atendimento será realizado das 8h às 18h; e no sábado e domingo (18 e 19) o atendimento será das 8h às 12h. A vantagem é que tudo poderá ser feito no mesmo local. Serão reservados espaços na Arena Pantanal para a instalação de posto bancário, de cartório de protestos e posto de atendimento da Defensoria Pública. A Prefeitura estuda aumentar o número de linhas de ônibus do centro à Arena Pantanal, principalmente no fim de semana.

Presença de ministra - A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, participará da abertura do primeiro mutirão fiscal de Mato Grosso em 2015, no dia 13 de julho, às 8h, na Arena Pantanal, em Cuiabá. O objetivo é recuperar R\$ 700 milhões em créditos tributários, além de reduzir o estoque processual nas varas de execução fiscal. (Com informações da Sefaz-MT)



OAB de Vila Rica requer assessores para comarcas

O secretário-geral da OABMT, Daniel Teixeira, e o presidente da Subseção de Vila Rica, Rhandell Bedim, estiveram reunidos com o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça João Thiago Guerra e requereram a contratação de mais assessores para as Comarcas de Vila Rica e de Porto Alegre do Norte. “Esse ato seria mais viável no momento, pois sabemos que o concurso para juízes está em andamento e a nomeação imediata é impossível. Não tem situação pior que a nossa no Estado e, o pior,

temos a informação de que foi lançado edital para a construção de um presídio feminino em Porto Alegre do Norte, ou seja, precisamos, também, de uma vara de execuções penais”, pontuou Rhandell.

O magistrado reconheceu que a região precisa de atenção e sugeriu a realização de um processo seletivo para a contratação de juízes leigos. Contudo, o presidente da OAB de Vila Rica disse que já houve essa tentativa. “As vagas não se preenchem em face da baixa remuneração e por serem

localidades muito distantes. O que precisa é pensar na criação de algum tipo de benefício para estimular o preenchimento dessas vagas”, pontuou Rhandell que sugeriu a instalação de um posto de atendimento do juízo especial em Confresa, o que reduziria a quantidade de processos em Porto Alegre do Norte. Rhandell Bedim também pleiteou dois aparelhos de ar condicionado, um para cada comarca, e a prorrogação do contrato de uma estagiária.

João Thiago Guerra

informou que o juiz de Porto Alegre do Norte designado para atuar em Tangará da Serra o fará em condição temporária até que um posto da Justiça Federal seja instalado para recepcionar processos da área previdenciária e, tão logo isso ocorra, o magistrado voltará para Porto Alegre do Norte. Em relação ao pedido para nomear mais um assessor para a Comarca de Vila Rica, ressaltou que não tem prognóstico, mas reiterou pela deflagração de processo seletivo para juiz leigo.



TJMT informa valor da UPF referente a julho

O Departamento de Controle e Arrecadação (DCA) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em conformidade com a Portaria n.º 131/2015/SEFAZ/MT, informa que o valor da Unidade Padrão Fiscal (UPF/MT) para o mês de julho de 2015 passa a ser de R\$ 113,53.

O valor da UPF/MT altera o recolhimento da Taxa Judiciária e influencia na arrecadação do Foro Judicial do Poder Judiciário, com base na Lei Complementar n.º 261, de 18/12/2006, conforme segue:

§ 1º - Nas causas de valor inestimável e nas de até R\$ 11.353,00 = cobra-se o valor mínimo de R\$ 113,53 (valor referente a uma UPF/MT em vigor).

§ 2º - Nas causas de valor acima de R\$ 11.353,00 até R\$ 350.000,00 = cobra-se 1% (um por cento) do valor da causa.

§ 2º - Nas causas de valor excedente a R\$ 350.000,00 até R\$ 3.650.000,00 = acrescenta 0,5% (meio por cento) não podendo ultrapassar o valor de R\$ 20.000,00 (limite máximo permitido para o recolhimento do valor da Taxa Judiciária).

O valor da Taxa Judiciária para as Cartas Precatórias passa a ser de R\$ 38,71 (0,341 x R\$ 113,53).

A portaria foi publicada no dia 29 de junho no Diário Oficial do Estado, que divulgou os coeficientes de atualização monetária, aplicáveis aos débitos fiscais, bem como o valor atualizado da UPF. O valor da Unidade Padrão Fiscal incide sobre o processamento de feitos em juízo, sobre a realização dos atos e sobre a prestação de serviços. O cidadão carente é assistido pela gratuidade de justiça e não paga nem taxa nem custas judiciais. (fonte: TJMT)

JURISNOTÍCIA

Direitos às pessoas com deficiência - Senado aprovou a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” que seguiu para sanção da Presidência da República. O projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e foi relatado pelo senador Romário (PSB-RJ). Fica classificada como pessoa com deficiência quem que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais. Entre os pontos aprovados estão a criação de um “auxílio-inclusão”, as escolas privadas ficam proibidas de cobrar mensalidades maiores; poderão votar e ser votadas; pessoas com deficiência intelectual podem se casar legalmente, além de formarem união estável e permite que FGTS seja utilizado para a compra de órteses e próteses, cotas mínimas para diversas situações, entre outros.

Envio de cartão de crédito - A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça aprovou a Súmula 532, para estabelecer que “constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa”. O artigo 39, III, do Código de Defesa do Consumidor, proíbe o fornecedor de enviar produtos ou prestar serviços sem solicitação prévia. Um dos precedentes que levaram à edição da nova súmula é o Recurso Especial 1.261.513.

Atos processuais nulos - A 5ª turma do TRT2 tornou nulo os atos de um processo a partir da intimação da sentença, pois foram comunicados apenas

pelo sistema do PJe, sem publicação no Diário Eletrônico. De acordo com o relator, des. José Ruffolo, “o princípio da segurança jurídica não permite o procedimento discricionário dos Juízes: uns publicando as intimações no DJE, outros não”. No agravo de petição, a reclamada asseverou que havia nulidade insanável no processamento do feito, tendo em vista que não foi intimada regularmente dos atos processuais a contar da sentença. “No presente processo, alguns dos atos processuais foram comunicados apenas pelo sistema do PJe, outros por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico, o que redundou em insegurança jurídica a ser combatida, sob pena de ferimento aos princípios constitucionais do devido processo legal e do direito de defesa”, afirmou o relator. A decisão foi unânime. Processo: 1000727-03.2014.5.02.0605

OAB/Jaciara cria projeto de equoterapia para idosos

Equoterapia é uma técnica de reabilitação e educação que utiliza a equitação e as atividades equestres para proporcionar aos praticantes benefícios físicos, psicológicos, educacionais e sociais. Esta atividade exige a participação do corpo inteiro, trabalhando-o praticante

de forma global, sendo o cavalo utilizado como método terapêutico que contribui para o desenvolvimento do equilíbrio, tônus, força muscular, a conscientização do próprio corpo, o aperfeiçoamento de coordenação motora, atenção, autoconfiança, autoestima e a qualidade de vida.

E são esses benefícios que os idosos do Abrigo Sombra da Acácia em Jaciara irão experimentar utilizando essa técnica através de um projeto idealizado pelo presidente da OAB/Jaciara, Claudinez da Silva Pinto Junior. O projeto tem como finalidade levar a prática da terapia para pessoas que precisam desse acompanhamento. “Além de beneficiar idosos, o projeto vai atender toda a população que precisar da terapia, seja criança, jovem ou adulto, que passou por algum acidente ou por algum problema de saúde e quem tiver mais possibilidade financeira poderá pagar pelo serviço e essa renda ser revertida ao

abrigo, que hoje sobrevive de doações e da Festa do Trevo”.

O projeto será apresentado à Justiça do Trabalho, que transforma muitas jurídicas em investimento a entidades institucionais sem fins lucrativos, como é o caso do Abrigo Sombra da Acácia. “Se a Justiça aprovar o projeto, receberemos uma contrapartida para dar início à execução para construir toda a estrutura necessária para que a equoterapia aconteça de fato”, ressaltou Claudinez.

De acordo com a fisioterapeuta e equoterapeuta formada pela Ande Brasil, Andreia Lima, a prática busca benefícios biopsicossociais às pessoas com deficiências físicas ou mentais e/ou com necessidades especiais. “O cavalo é o instrumento de reabilitação física e psicológica, pois se com-

paramos o andar do homem ao passo do cavalo notamos que são idênticos em sua andadura, realizando movimentos tridimensionais. É exatamente este movimento do cavalo que gera impulsos que acionam o sistema nervoso para produzir as respostas que vão dar continuidade ao movimento e permitir o deslocamento.

A partir daí o organismo terá maiores ou menores condições de movimentar-se em função da capacidade dos músculos entrarem em atividade, gerando no cavaleiro uma resposta de movimentos que ele por si só não conseguiria produzir”.

Claudinez ressalta que quem se interessar em colaborar com a causa e quiser ajudar no projeto pode



Aline Bassanessi / DIAADIA

procurar o senhor Jorge Schinoca, atual presidente do Abrigo, ou o próprio presidente da OAB em Jaciara (Claudinez) e fazer sua doação. “Quanto mais pessoas ajudarem, mais rápido a construção ficará pronta e dessa forma muitas pessoas serão beneficiadas com uma melhor qualidade de vida”, destaca o idealizador do projeto.

Arquivo Pessoal



OAB Sinop sedia reunião com órgãos relacionados ao meio ambiente

A Subseção de Sinop sediou reunião entre órgãos ligados ao setor de meio ambiente em Mato Grosso para discutir a legislação ambiental, encontrar meios para evitar novos desmatamentos e de buscar a regularidade ambiental de pessoas que cometeram algum delito na área e que têm a intenção de regularizar sua situação. De acordo com o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB Sinop, Vinícius Mota, os posicionamentos expostos durante a reunião servirão para que as instituições possam ter outras opções de planejamento para os setores ligados a exploração de recursos florestais, naturais, na agricultura e pecuária.

“Temos uma série de normas esparsas que precisaríamos definir com urgência. O zoneamento ecológico do Estado é uma delas e é um documento que ainda falta ser homologado pelo Ministério do Meio Ambiente. Acredito

que a implementação do zoneamento é a questão mais urgente e, a partir de então, traçaríamos os pormenores como, por exemplo, como podemos usar os biomas, o que vai ser alterado, o que pode ser usado na propriedade e o que não pode. Nosso intuito não é colocar a culpa em A, B ou C e, sim, encontrar uma solução para o futuro do Estado, até mesmo pela importância do agronegócio da nossa região”.

O presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, observa que a Sema e o Ibama não têm procedimentos homogêneos, o que torna o sistema mais moroso, prejudicando todos os agentes envolvidos. “Estamos numa região que subsiste do agronegócio e a exploração florestal. Sabemos que essas atividades dependem dos órgãos de fiscalização, que não falam a mesma língua. Há a necessidade de que os atos praticados pela Sema tenham validade junto ao Ibama

e vice-versa. A regularidade do PRA é imprescindível para que as áreas embargadas possam ser regularizadas e voltem a ter suas funções econômicas. Não estamos defendendo lado nenhum, apenas a necessidade de que os procedimentos sejam homogêneos e que isso seja feito com serenidade, porque quem perde é Sinop, região e a própria nação”.

Segundo a procuradora da República em Sinop, Flávia Cristina Torres, é fundamental que exista um equilíbrio na cadeia ambiental para que a fiscalização possa agir, mas, também para que os produtores possam trabalhar de acordo com o que prevê a lei. “Se não houver um aparelhamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização a atividade acaba ficando restrita e acaba gerando muita irregularidade, fazendo com que as pessoas acabem atuando na ilegalidade por morosidade da máquina administrativa”. O juiz federal Marcel Queiroz acrescentou que é necessário que órgãos envolvidos resolvam essas questões para gerar mais segurança jurídica. “Isso tanto para o jurisdiciona-

do como para o administrado e também para a administração pública, com objetivo de reduzir as ocorrências e divergências que vão parar na justiça”.

O promotor estadual responsável pela matéria em Sinop, Pompílio Silva Neto, demonstrou preocupação com a instalação da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE), com relação ao reaproveitamento da madeira que será retirada da área. “Em pouco tempo teremos essa área alagada e se os órgãos envolvidos não resolverem esse problema imediatamente nós acabaremos por presenciar mais um dano enorme e irreversível, econômico, socioambiental, ecológico e que pode ter consequências por gerações”. O fiscal do Ibama, Werikson Trigueiro, declarou que o órgão busca meios de tornar o licenciamento ambiental mais ágil para que os produtores possam exercer suas atividades de maneira legal. “Como temos a parte de fiscalização muito forte somos responsáveis pelas autuações e embargos e é importante também nossa participação na parte técnica para tornar todo o processo mais ágil”.

Para o deputado estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Dilmir Dal Bosco, a reunião foi muito produtiva. “A maior preocupação das entidades é com a segurança jurídica, qual é o procedimento, de que maneira se pode agir, de que forma se constrói as licenças por atividade, os projetos de manejo, ampliações e aberturas de áreas e a preocupação de áreas embargadas. Não temos ainda um Programa de Regularidade Ambiental [PRA]. As falhas existem e o governo pode descentralizar a Sema, capacitar mais os escritórios regionais e dar condições para que possam fazer as licenças ambientais regionais. Assim, a Sema teria condições de expedir suas licenças com mais agilidade e procedimentos mais claros”, observou, acrescentando que seria entregue uma carta ao governador, Pedro Taques, com os pedidos e posicionamentos de cada órgão. Também participaram da reunião o secretário-geral da OAB Sinop, Diego Gutierrez de Melo, e a integrante da Comissão de Direito Ambiental Andréia Milano Jordano. (Fonte: OAB Sinop)

3º Arraiá da  Subseção Várzea Grande

Dia: 10/07/2015
APARTIR DAS 20HS COM:

PIPOCA - PESCARIA - QUENTÃO - MARIA IZABEL - CACHORRO QUENTE
DOCES - ESPAÇO KIDS - CERVEJINHA - ESPETINHO E BOA MÚSICA

Local: Estacionamento da OAB - VG
Informações: (65) 3026-4278
Email: oabvarzeagrande@gmail.com

Valor: R\$15,00

  **COM TRABALHO E TRANSPARÊNCIA**

OABVG realiza debate sobre direito urbanístico

A OAB de Várzea Grande, em parceria com a OABMT, realizou mesa redonda com o tema “Os desafios do direito urbanístico”, no auditório do Senai, no bairro Cristo Rei, com a advogada, mestre e doutora em Direito Urbanístico e Ambiental, Daniela Campos Libório di Sarno, atual presi-

dente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Urbanístico (IBDU).

Foram quatro painéis: “desafios e perspectivas para a região metropolitana”; “operações urbanas consorciadas, os desafios de suas aprovações e implementações”; “a instituição de zonas de interesse ambiental e o reflexo no di-

reito propriedades” e “a regularização urbana dos sítios de recreios em zonas rurais”.

Os debatedores foram a presidente da OAB/VG, Flávia Moretti, Tânia Matos, Gisele Gaudêncio, Maria Fernanda Correa da Costa, Tatiana Monteiro Costa e Silva, Carlos Eduardo Silva e Benedito Libanio Neto.

OABVG convida advocacia para 3º Arraiá da subseção

A diretoria da OAB de Várzea Grande convida todos os advogados e advogadas e familiares, para participar do “3º Arraiá da Subseção” que será realizado no dia 10 de julho, a partir das 20h, no estacionamento da subseção.

A presidente da OABVG, Flávia Moretti, informa que os convites estão sendo comercializados pelo valor de R\$ 15, em Várzea Grande, na própria subseção e na sala da Ordem na Justiça do Trabalho. Em Cuiabá, os interessados podem adquirir nas salas da OABMT do fórum, TRTMT, Justiça Federal e Complexo Maruanã (sede dos juizados especiais).

Segundo a advogada, há um grupo de advogados parceiros que também está engajado na comercialização dos convites. Haverá barracas de pipoca, pescaria, quentão, maria izabel, cachorro quente, doces, espetinho, música e espaço kids para as crianças. Mais informações pelo telefone (65) 3026-4278 ou pelo e-mail oabvarzeagrande@gmail.com.



III Encontro do Vale do Guaporé reuniu mais de 130 pessoas



■ Mais de 130 participantes, entre advogados, advogadas, estagiários de Pontes e Lacerda, Figueirópolis, Jauru, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda e Conquista D'Oeste, além de acadêmicos de Direito das Unemat de Cáceres e Araputanga participaram do "III Encontro do Vale do Guaporé" em junho. A presidente da OAB de Pontes e Lacerda, Janete Garcia Valdez, elogiou a participação e a qualidade das palestras. "Fizemos um evento para promover atualização, interação e troca de experiências entre a advocacia da nossa região. Inserimos também os acadêmicos no contexto da OAB para que aprendam a amar nossa instituição e profissão". A vice-presidente da OABMT, Cláudia

Aquino, falou sobre as ações da atual gestão que alcançou diversas conquistas em prol da advocacia na defesa dos honorários advocatícios, de prerrogativas e ainda integrou o interior por meio do projeto OABMT 80 anos. Também ministraram palestras o secretário-geral adjunto da OABMT, Ulisses Rabaneda, sobre "Habeas Corpus e suas peculiaridades"; o presidente da ESAMT, Bruno Castro, sobre "A recuperação judicial no agronegócio"; o conselheiro Pedro Verão falou da "Ética na advocacia"; e o conselheiro estadual e presidente da Comissão de Saúde, Fábio Capilé, fez uma explanação sobre "O advogado é responsável pela própria felicidade".



Curso na área trabalhista é ministrado em Tangará

■ A OAB de Tangará da Serra ofereceu o curso "Aspectos práticos da advocacia na área trabalhista com transição para o novo CPC" com a juíza do traba-

lho Grazielle Cabral Lima. Foram parceiros do evento a OABMT, Comissão de Direito do Trabalho, Escola Superior de Advocacia e Caixa de Assistência dos Advogados.

Entre os assuntos abordados estavam o advogado trabalhista, direito e processo do trabalho – peculiaridades, competência material e territorial, prazos pro-

cessuais e sua contagem; legitimidade de parte, ritos, respostas do réu, provas e ônus, audiência trabalhista – dicas teóricas e práticas, entre outros.